

**CENTRO UNIVERSITÁRIO BARÃO MAUÁ
CURSO DE PSICOLOGIA**

**ISABELA CRISTINA ABILIO BONISENHA
PATRÍCIA HELENA PEREIRA DIAS**

**ADOÇÃO: A PERSPECTIVA DE PROFISSIONAIS DE ACOLHIMENTO
INSTITUCIONAL**

Ribeirão Preto

2023

**ISABELA CRISTINA ABILIO BONISENHA
PATRÍCIA HELENA PEREIRA DIAS**

**ADOÇÃO: A PERSPECTIVA DE PROFISSIONAIS DE ACOLHIMENTO
INSTITUCIONAL**

Trabalho de conclusão de curso de Psicologia
do Centro Universitário Barão de Mauá para
obtenção do título de bacharel.

Orientadora: Profa. Ma. Mayara Colleti

**Ribeirão Preto
2023**

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

P936

Adoção: a perspectiva de profissionais de acolhimento institucional/ Isabela Cristina Abilio Bonisenha; Patrícia Helena Pereira Dias - Ribeirão Preto, 2023.

73p.il

Trabalho de conclusão do curso de Psicologia do Centro Universitário Barão de Mauá

Orientador: Me. Mayara Colleti

1. Criança e adolescente 2. Adoção 3. Acolhimento Institucional I. Bonisenha, Isabela Cristina Abilio II. Dias, Patrícia Helena Pereira III. Colleti, Mayara IV. Título

CDU 159.9

Bibliotecária Responsável: Iandra M. H. Fernandes CRB⁸9878

**ISABELA CRISTINA ABILIO BONISENHA
PATRÍCIA HELENA PEREIRA DIAS**

**ADOÇÃO: A PERSPECTIVA DE PROFISSIONAIS DE ACOLHIMENTO
INSTITUCIONAL**

Trabalho de conclusão de curso de Psicologia
do Centro Universitário Barão de Mauá para
obtenção do título de bacharel.

Data da Aprovação: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Ma. Mayara Colleti

Centro Universitário Barão de Mauá – Ribeirão Preto

Luiza de Oliveira Rodrigues

Viviane Milan Pupin Andrade

Ribeirão Preto

2023

Dedicamos este trabalho à todas as crianças e adolescentes que, de alguma forma tiveram seus direitos violados, ao ponto de ter sido retirada delas a chance de crescer, ser amada, cuidada e acolhida no seio de sua família de origem. Por ter sofrido situações inimagináveis, por consequência de escolhas e ações de quem as deveria proteger.

AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de agradecer em primeiro lugar a Deus, por representar para nós um Pai presente e cuidadoso em cada detalhe de nossas vidas, nos dando paz mesmo em meio aos desafios e sendo nossa esperança para persistir.

Em seguida, expressamos nossa gratidão aos nossos familiares que estiveram sempre presentes em todos os momentos, nos incentivando a seguir nosso objetivo na graduação e nos lembrando que no fim valeria a pena. Estiveram conosco nos momentos de alegria ou de tristeza, inclusive nos desafios que pareciam intransponíveis. Acreditamos que é também graças a essa incrível rede apoio que chegamos até aqui.

Não podemos deixar de mencionar nossa profunda gratidão aos mestres e doutores do curso de psicologia, que compartilharam seus valiosos conhecimentos e nos proporcionaram vislumbres do lado mais humano e sensível da profissão, nos servindo em diversos momentos como inspiração da profissional que queremos ser. Isso nos permitiu compreender o que significa ser um profissional empático e sensível.

Um agradecimento especial é destinado à nossa querida, doce, única, a orientadora Mayara Coletti, que serviu de inspiração como profissional e ser humano extraordinário, mesmo nas ocasiões em que optava por não ser (risos), nos mostrando que por mais que tenham muitos desafios, que, com certeza terão, vale a pena se empenhar para garantir os direitos e autonomia de pessoas, mantendo a humanidade e empatia, pois ver o resultado desse esforço tem um valor impagável. Temos a honra de ter sido escolhidas por ela e agradecemos a generosa partilha de seu reconhecimento, dedicação e atenção tão preciosos.

Agradecemos as nossas amigas Luiza e Viviane pelo carinho e consideração ao nosso trabalho, aceitando o convite para formação de nossa banca avaliadora e nos presentear com suas valiosas contribuições, partindo de sua vivência humana e profissional tão preciosa.

Por último, mas não menos importante, expressamos nossa gratidão à coordenação, à direção e à reitoria por avaliarem a qualidade do nosso aprendizado e por fornecerem o apoio necessário ao longo da nossa jornada.

"Uma criança é como o cristal e como a cera. Qualquer choque, por mais brando, a abala e comove, e a faz vibrar de molécula em molécula, de átomo em átomo; e qualquer impressão, boa ou má, nela se grava de modo profundo e indelével"

(Olavo Bilac)

RESUMO

Historicamente, a adoção era vista como uma forma de manter a estrutura familiar e não havia preocupação com os direitos e necessidades emocionais e psicológicas das crianças/adolescentes. No entanto, ao longo do tempo, o processo de adoção sofreu mudanças legais. Mesmo assim, mudar comportamentos históricos não é suficiente e requer sensibilidade às questões subjetivas e ao bem-estar das crianças/adolescentes. Considerando isso, o presente trabalho teve como objetivo compreender o processo de preparação para adoção de crianças/adolescentes na perspectiva de profissionais da equipe técnica de acolhimento institucional. Trata-se de um estudo de caráter exploratório, descritivo, de corte transversal, amparado na abordagem qualitativa de pesquisa, no qual utilizou-se a análise temática de conteúdo para organização dos dados. Participaram do estudo sete técnicas de serviço de acolhimento institucional, sendo, quatro psicólogas e três Assistentes Sociais, atuantes em sua maioria no estado de São Paulo e uma delas no estado do Pará. Os instrumentos utilizados para a coleta de dados foram (a) formulário de dados sociodemográficos e (b) roteiro de entrevista semiestruturada. As entrevistas foram gravadas em áudio e, posteriormente, transcritas na íntegra. O *corpus* de pesquisa foi organizado por meio de análise de conteúdo temática e a análise e interpretação dos dados pautou-se na literatura disponível sobre o tema. A partir da análise do material coletado, pôde-se elaborar, em diálogo com a literatura, 4 categorias temáticas que convergiram de maneira marcante para enfatizar a importância fundamental de dar voz e participação ativa às crianças no processo de adoção. Assim, espera-se que os resultados desta pesquisa contribuam para uma abordagem centrada nas necessidades e subjetividade das crianças e adolescentes, bem como mais comprometida com o seu bem-estar e melhor interesse.

Palavras-Chave: criança e adolescente; adoção; acolhimento institucional.

ABSTRACT

Historically, adoption was seen as a way of maintaining the family structure and there was no concern for the emotional and psychological rights and needs of children/adolescents. However, over time, the adoption process underwent legal and informal changes. Even so, changing historical behaviors is not enough and requires sensitivity to subjective issues and the well-being of children/adolescents. Considering this, the present work aimed to understand the process of preparing for the adoption of children/adolescents from the perspective of professionals from the institutional shelter technical team. This is an exploratory, descriptive, cross-sectional study, supported by a qualitative research approach, in which thematic content analysis was used to organize the data. Seven institutional shelter service technicians participated in the study, four psychologists and three Social Assistants, mostly working in the state of São Paulo and one of them in the state of Pará. The instruments used for data collection were (a) form sociodemographic data and (b) semi-structured interview script. The interviews were audio recorded and later transcribed in full. The research corpus was organized through thematic content analysis and the analysis and interpretation of data was based on the available literature on the topic. From the analysis of the collected material, it was possible to develop, in dialogue with the literature, 4 thematic categories that converged in a remarkable way to emphasize the fundamental importance of giving voice and active participation to children in the adoption process. Thus, it is expected that the results of this research will contribute to an approach focused on the needs and subjectivity of children and adolescents, as well as more committed to their well-being and best interests.

Keywords: children and adolescents; adoption; institutional shelter.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
1.1	Perspectiva sobre a infância ao longo da história	9
1.2	A infância e juventude no Brasil Colônia e Império	12
1.3	Adoção no Brasil: avanços e desafios	15
1.4	Direitos das crianças e adolescentes e o Acolhimento Institucional	18
2	JUSTIFICATIVA	22
3	OBJETIVOS	23
3.1	Objetivo Geral	23
3.2	Objetivos Específicos	23
4	MÉTODO	24
4.1	Tipo de estudo	24
4.2	Participantes	25
4.3	Instrumentos	25
4.4	Coleta dos dados	26
4.5	Procedimento	26
4.5.1	Coleta de dados	26
4.5.2	Tratamento e análise dos dados	27
4.6	Aspectos éticos	28
5	RESULTADOS E DISCUSSÃO	29
5.1	Quem são as participantes do estudo? Uma breve apresentação e contextualização	29
5.2	Categorias temáticas	32
5.2.1	Os desafios e potencialidades do processo de preparação para adoção	32
5.2.2	As repercussões do acolhimento institucional na subjetividade das crianças e adolescentes	40
5.2.3	Apontamentos em relação ao processo de habilitação de pessoas e/ou casais	43
5.2.4	A atuação em casos de devolução de crianças e adolescentes	46
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
	REFERÊNCIAS	54
	APÊNDICE A – Formulário de dados sociodemográficos	58
	APÊNDICE B - Roteiro de entrevista semiestruturada	59
	APÊNDICE C – TCLE	61

APÊNCIDE D – TCLE	66
ANEXO A- Aprovação da Pesquisa junto ao Comitê de Ética	70

1 INTRODUÇÃO

A introdução será apresentada a partir de quatro subtemas que remontam o percurso teórico que fundamenta o presente estudo: (1) Perspectiva sobre a infância ao longo da história; (2) A infância e juventude no Brasil Colônia e Império; (3) Adoção no Brasil: avanços e desafios; (4) Direitos das crianças e adolescentes e o Acolhimento Institucional.

1.1 Perspectiva sobre a infância ao longo da história

Primeiramente, pensar sobre a infância e todos os aspectos que a constitui e a desenvolve, não é tão simples. Nesse sentido, tem-se na literatura que o conceito de infância é posto como uma construção social, por não se ter uma marcação de forma objetiva de quando ocorre a mudança de uma fase para outra, ou seja, quando uma criança passa para a fase da adolescência, e da adolescência para a fase adulta ou para velhice (PAPALIA, 2022).

Entretanto, o que significa ser uma criança no mundo contemporâneo, onde o processo de assimilação cultural ocorre de maneira globalizada no mundo digital? Suas liberdades, protagonismo e garantias de direitos são respeitados? Estas e outras inquietações acerca da infância tecem este subtema do trabalho, começando por uma breve compreensão sobre a história da criança desde o período medieval, na percepção da sociedade da época.

Papalia (2022), compartilha alguns estudos sobre o período colonial na América do Norte e Oceania. Nos Estados Unidos, as crianças eram tratadas como pequenos adultos e delegadas atividades de adultos como tricotar meias e fiar lã. No Ártico canadense, os indígenas da etnia inuítes davam calmantes para seus filhos quando choravam ou ficavam bravos, porque acreditavam que crianças não tinham capacidade de pensar ou raciocinar. Já, na ilha de Tonga, as famílias batiam nas crianças de três a cinco anos quando choravam, porque associavam com teimosia.

Na Europa, também na idade média, não foi diferente a compreensão que a sociedade possuía a respeito da infância. Philippe Ariès (2022), em seu livro *História Social da Criança e da Família*, traz contribuições importantes, principalmente sobre o contexto de como a criança era considerada, onde ele constata, a ausência de uma caracterização entre o que era ser adulto e o que era ser criança. Pois, não se considerava que as crianças possuíam necessidades específicas em relação a um jovem ou adulto: “A ideia de infância estava ligada à ideia de dependência (...) Saia-se da infância ao se sair da dependência, ou ao menos, dos graus mais baixos de dependência” (ARIÈS, 2022, p. 21).

Sobre a caracterização da infância, Braga (2016) apresenta considerações sobre diversos estudos que abordam o conceito. Esses estudos provocam reflexões considerando infância uma construção social e que pode variar ao longo do tempo e em diferentes sociedades. Além disso, destacam como o conceito de infância pode diferir de uma cultura para outra, ressaltando que essa variação não implica necessariamente na incapacidade de distinguir a infância do mundo adulto.

No entanto, a falta de importância dada às crianças, muito se justifica aos dados demográficos da época, pois era sempre uma sobrevivência improvável, dada pela própria precariedade da época de cuidados e conhecimentos. Assim, àquelas que conseguiam chegar a uma idade para exercer tarefas, misturavam-se aos adultos (DEL PRIORE, 2018).

Quanto à compreensão das idades da vida, de acordo com Ariès (2022), ele faz referência a um texto do livro VI de "*Le Grand Propriétaire de toutes choses Idade Média*". Nesse texto, percebe-se que as concepções sobre as diferentes etapas da vida eram fundamentadas de maneira mística ou metafísica, relacionando a natureza humana e o universo, em que as idades da vida eram associadas ao número dos planetas. A primeira idade, denominada "enfante", representava a infância e compreendia os primeiros sete anos de vida, marcados pelo surgimento dos primeiros dentes. A segunda idade, chamada de "pueritia", estendia-se dos 7 aos 14 anos e se referia à fase em que a pessoa ainda era vista como a "menina dos olhos", destacando-se pela imaturidade. A terceira idade, hoje conhecida como adolescência, começava aos 14 anos, mas podia se prolongar até 28, ou considerado dos 30 até 35 anos. Durante essa fase, as pessoas eram consideradas fisicamente fortes e aptas para a procriação e para crescer (ARIÈS, 2022).

A juventude era a etapa que se seguia, indo até os 45 ou 50 anos. Nesse período, mesmo com plenas forças, as pessoas eram ainda chamadas de jovens, devido à capacidade de auxiliar a si mesmas e aos outros. A senectude representava a transição entre a juventude e a velhice, caracterizando um estágio em que a pessoa não era mais jovem, mas ainda não se considerava velha. A velhice, por sua vez, perdurava até os 70 anos e recebia esse nome porque as pessoas não desfrutavam do mesmo vigor físico de outrora, começando a sentir os efeitos do envelhecimento. Finalmente, a última parte da velhice, conhecida como "senies" em latim, era um estágio em que a pessoa constantemente tossia e escarrava, como um indício do declínio físico antes do seu retorno ao pó, evocando uma reflexão sobre a finitude da vida (ARIÈS, 2022).

A passagem descreve uma série de fases da vida, com destaque para a "terceira idade" como a fase da força. Nesse contexto, a adolescência não era claramente reconhecida

como uma fase separada, sendo, em vez disso, confundida com a infância até o século XVIII. A fase que costumava ser chamada de "pueritia" era uma fase em que não havia uma distinção clara entre a adolescência e a infância (ARIÈS, 2022). Portanto, naquela época, pode-se dizer que a adolescência não era uma fase bem definida e tinha características que a faziam se assemelhar mais à infância, com ênfase na força física em oposição ao desenvolvimento da identidade e da autonomia que associamos à adolescência hoje (BRAGA, 2016).

Contudo, pode-se dizer que na infância as crianças eram consideradas imaturas e fracas, mas não havia uma ênfase na infância como um estágio separado. Elas eram tratadas como adultos em miniatura. Então, a descoberta da infância surgiu no Renascimento, onde houve uma crescente valorização da infância como um estágio único. A arte e a literatura começaram a retratar a infância de maneira mais distintiva.

Nesse sentido, percebemos nas artes medievais, até por volta do séc. XII, há certa ausência de representações de crianças, mas no séc. XI, já se verifica uma miniatura otomaniana, retratada em uma pintura sobre uma passagem da bíblia. Nessa cena, o artista distorce os corpos das crianças de tal modo que parecem oito homenzinhos, sem nenhuma característica de criança. E, a partir do século XII, várias outras obras, seja na escultura ou pintura, surgiram retratando a infância com traços ou partes do corpo com músculos, como se fossem miniadultos ou a sua própria nudez (ARIÈS, 2022).

Nesse contexto, uma evidência clara da mudança na atitude em relação às crianças é o surgimento e desenvolvimento do conceito de "*putto*" e a representação artística das crianças, incluindo os retratos de crianças muito jovens, mesmo quando já falecidas (ARIÈS, 2022). Considera-se então, que o século XVII desempenhou um papel significativo na progressão das representações relacionadas à infância. Nesse período, as pinturas que destacavam crianças individualmente se tornaram mais frequentes e populares. Além disso, houve uma tendência crescente de organizar retratos familiares em torno da figura da criança, que passou a ocupar o centro das composições (ARIÈS, 2022).

A partir do século XVI ao XVII, percebe-se então, um primeiro sentimento pela infância, que podia ser visto por suas mães ou avós, como figuras engraçadas, delicadas e até uma forma de distração e relaxamento. Nascia o sentimento de "paparicação" (ARIÈS, 2022, p. 181). Outro sentimento que surgiu de forma externa foi o de homens da lei, que acreditavam que as crianças precisavam de disciplina, cuidados com higiene e saúde física. Portanto, eles passaram a desempenhar um papel importante na família, demonstrando que as crianças deixaram de ser misturadas ao mundo dos adultos e passaram a aprender com eles, centrando-se em uma educação moralizada (BRAGA, 2016).

No século XVIII, há registros que destacam as profundas preocupações das famílias, abrangendo todos os aspectos da vida de seus filhos, desde a alimentação até a educação. Qualquer assunto relacionado às crianças e à família era tratado com seriedade e recebia atenção cuidadosa. Essa abordagem não apenas visava ao futuro das crianças, mas também reconhecia que sua mera presença e existência eram dignas de consideração. Isso enfatizava de forma notável o papel central da criança dentro da estrutura familiar. Contudo, percebe-se que as famílias sofreram mudanças consideráveis em sua estrutura, assim que passaram a modificar suas relações em consideração as crianças (ARIÈS, 2022). E com relação aos valores familiares, Lins *et al.* (2014, p. 131) cita que "A família sofre grandes transformações e criam-se novas necessidades sociais nas quais a criança será valorizada enormemente, passando a ocupar um lugar central na dinâmica familiar".

No início, a ética familiar estava principalmente associada à classe burguesa. A aristocracia e as classes populares conservaram as tradições de comportamento por um período mais longo e resistiram às influências externas. As classes populares continuaram a aderir a esses padrões até recentemente, indicando uma ligação entre a noção de família e a estratificação social. No entanto, ao longo do tempo, houve uma mudança nos tempos modernos: algumas atividades que antes eram acessíveis a todos passaram a ser reservadas para pessoas privilegiadas, enquanto outras foram deixadas para as crianças e para o povo (ARIÈS, 2022).

No século XVII, as escolas de caridade eram destinadas originalmente aos pobres, mas até crianças ricas eram admitidas. Contudo, no século XVIII, as famílias burguesas não aprovaram essa diversidade. Elas retiraram seus filhos dessas escolas, que se tornaram sistemas de ensino primário populares, e preferiram enviá-los para internatos ou escolas elementares de colégios, onde tinham controle sobre a educação (ARIÈS, 2022).

A seguir, serão explorados alguns aspectos da história das crianças e adolescentes no Brasil durante os períodos do Brasil Colônia e do Brasil Imperial. Nesse contexto histórico, serão compartilhados trechos sobre como a infância e a juventude eram tratados pela sociedade.

1.2 A infância e juventude no Brasil Colônia e Império

No Brasil, no século XVI, as terras começaram a ser povoadas a partir de 1530, e as crianças que vinham nas embarcações, eram na condição de aprendizes (grumetes) ou pajens, vindo acompanhadas pelos pais ou algum parente, ou como órfãos do Rei para se casarem com os súditos da Coroa. Essas crianças sofriam abusos pelos marujos, poupando-se os órfãos, pois precisavam manter a sua virgindade até chegar a Colônia (DEL PRIORE, 2018).

A vulnerabilidade das crianças nestas embarcações, confirmam-se na passagem seguinte:

Doenças hoje típicas da infância, como o sarampo e a cachumba, eram frequentes a bordo das naus do século XVI ao XVIII. Estas eram responsáveis por grande mortalidade, tanto de adultos como de crianças, deixando alguns navios sem ter quem os conduzissem, (...) obrigou os sobreviventes a abandonarem a embarcação, passando a outra nau, pondo fogo a sua (RAMOS, 2018, p. 36).

Quando atracavam em terra firme, a maioria desses adultos jovens, eram assassinados e as crianças eram escravizadas e forçadas a se restituírem até a morte, isso quando conseguiam chegar vivas em terra, pois ocorriam naufrágios, e os adultos pulavam das embarcações para tentar se salvar, deixando às crianças a bordo. Em relação à expectativa de vida das crianças portuguesas, ocasionalmente, era em torno dos 14 anos, devido às condições precárias em que viviam. Por isso, eram desvalorizadas e aproveitadas ao máximo em sua força de trabalho, valendo pouco mais do que animais (RAMOS, 2018).

Os Jesuítas, também exerceram forte influência sobre as crianças brasileiras, trazendo o desejo de catequizá-las, pois, as crianças indígenas eram consideradas um papel em branco e uma possibilidade de vencer os costumes como a antropofagia e a nudez. A iniciação da educação católica provocou uma mudança significativa na vida das crianças indígenas. Muitas delas adquiriram habilidades e, após se casarem, passaram a sustentar suas famílias da mesma forma que os cristãos (CHAMBOULEYRON, 2018).

Na época colonial e no período imperial no Brasil, as crianças, brancas ou negras, eram retratadas como pequenos seres que eram passados de colo em colo e mimados à vontade, quase como se fossem brinquedos. As crianças pequenas eram tratadas de maneira semelhante à forma como se brinca com animais de estimação. Quanto à punição física, ela foi introduzida pelos padres jesuítas como uma forma de correção e era vista como um ato de amor, enquanto mimar demais era desaprovado porque se acreditava que fazia mal às crianças (DEL PRIORE, 2018).

Assim, ensinava-se que para demonstrar amor era necessário aplicar castigos e atribuir trabalhos difíceis nesta vida, e que os vícios e pecados deveriam ser combatidos com a aplicação de açoites e punições, sendo a palmatória um instrumento de correção. Quando se tratava dos espaços privados compartilhados, havia uma diferença no tratamento entre crianças das diferentes classes sociais a partir dos sete anos de idade. Enquanto os filhos dos senhores iam estudar, os filhos dos escravizados trabalhavam (DEL PRIORE, 2018).

Scarano (2018) aborda o fato de que, durante o século XVIII, as crianças, especialmente as negras, eram em grande parte esquecidas em Minas Gerais e negligenciadas

nas correspondências enviadas a Lisboa, Bahia e Rio de Janeiro. Poucas informações detalhadas sobre suas vidas cotidianas estão disponíveis, talvez devido à falta de interesse em documentar como essas pessoas escravizadas e pobres viviam. Mesmo quando se tratava de pessoas importantes da época, a correspondência priorizava temas políticos e econômicos. Alguns escritos mencionavam queixas e pedidos diversos, o que permitia entender um pouco sobre a vida nas vilas e arraiais de Minas Gerais e seus habitantes.

A vida das crianças era vista como uma questão secundária. O fato de as crianças sobreviverem ou não durante o nascimento ou a primeira infância não era algo que chamava muita atenção. No entanto, isso não significa que as crianças eram totalmente desvalorizadas. De certa forma, sua importância era reconhecida, pois representavam a continuação da família, recebiam afeto e participavam de eventos e celebrações, tendo um lugar na vida cotidiana. No entanto, a morte de uma criança não era vista como uma tragédia, já que outras poderiam nascer e substituí-las. Era aceito como um fato comum que muitas crianças nasciam e morriam, sendo substituídas por outras, e não eram consideradas como alguém insubstituível (SCARANO, 2018).

Nas senzalas, onde os escravos moravam, as crianças circulavam livremente, indo a todos os lugares, inclusive às casas dos donos, especialmente quando suas mães estavam trabalhando.

As pequenas crianças negras eram consideradas graciosas e serviam de distração para as mulheres brancas que viviam reclusas, em uma vida monótona. Eram como que brinquedos, elas as agradavam, riam de suas cambalhotas e brincadeiras, lhes davam doces e biscoitos, deixavam que, enquanto pequenos, participassem da vida de seus filhos (SCARANO, 2018, p. 111).

Scarano (2018) observa que as crianças negras desempenhavam um papel importante nas festividades religiosas, especialmente quando tinham boas vozes. Elas eram treinadas por músicos para cantar, até mesmo como sopraninos, nas festas, produzindo sons agudos que encantavam o público. Jovens e crianças participavam de bandas e grupos musicais que tocavam em celebrações religiosas, onde a música desempenhava um papel central. Mesmo em casas particulares, sempre que havia pessoas com habilidades musicais, a música era uma parte importante da vida social. Desde os tempos dos Jesuítas, a participação das crianças nas cerimônias e festas religiosas era valorizada como uma forma de atrair a juventude para o catolicismo. Essa tradição continuou durante o período colonial, embora as crianças também fossem envolvidas em tarefas domésticas e, mais tarde, no trabalho nas minas.

Mauad (2018) retrata a vida das crianças da elite durante o período imperial, e descreve que os adultos exerciam um controle significativo sobre como as crianças e

adolescentes deveriam levar suas vidas, determinando suas atividades, locais de visita e as normas a seguir no processo de crescimento e aprendizado. As crianças, por sua vez, seguiam a rotina ditada pelos adultos, conformando-se às convenções sociais da época. Já, as crianças filhas de escravos eram frequentemente compradas e vendidas quando eram um pouco mais velhas. A maioria delas não sobrevivia até a idade adulta, com dois terços morrendo antes de um ano e 80% antes dos cinco anos. Essas crianças ajudavam suas mães no trabalho desde cedo e, aos 14 anos, faziam o mesmo trabalho que os adultos. Quando ficavam órfãs, recebiam apoio de parentes (GOES; FLORENTINO, 2018).

Historicamente, as crianças eram vistas como sem voz e seus sentimentos não eram levados em consideração. Desde cedo, eram envolvidas nas responsabilidades dos adultos e permaneciam nesse papel enquanto fossem capazes. Eram consideradas como mão de obra para o trabalho escravo, eram usadas, frequentemente sofrendo violência e abuso (DEL PRIORE, 2018).

Assim, acerca da história das crianças e adolescentes no Brasil, na época do Brasil Colônia, a educação era limitada para a elite, e as crianças pobres frequentemente trabalhavam desde cedo, com a Igreja Católica influenciando sua moral. Crianças indígenas e africanas sofriam discriminação (DEL PRIORE, 2018).

No Brasil Imperial, surgiram escolas públicas e proibições ao trabalho infantil, com mais organização na educação. Porém, desigualdades sociais persistiram, favorecendo famílias ricas. Crianças mais pobres continuaram enfrentando desafios, evidenciando desigualdades ao longo do tempo, enfrentando maus-tratos e violências (DEL PRIORE, 2018).

Contudo, é fundamental entender que a infância é vivida de maneira diferente em diversas sociedades e ao longo da história. As mudanças na forma como vemos e tratamos as crianças são moldadas por fatores culturais, sociais, econômicos e políticos. Entretanto, fica evidente a importância de compreender a luta necessária que ainda precisa ser travada para garantir os direitos das crianças e adolescentes.

1.3 Adoção no Brasil: avanços e desafios

De acordo com Weber (2011), a adoção já está presente na humanidade desde as primeiras civilizações. Na idade moderna, o nascimento de filhos gerados fora do casamento era de forma escandalosamente reprovado e, com isso, tinha-se a ocorrência de inúmeros abortos, infanticídios e nascimentos clandestinos para posterior abandono.

Há muito tempo, as sociedades enfrentam o desafio de cuidar de crianças que perderam seus pais ou foram abandonadas. As leis de adoção mais antigas foram estabelecidas

no Código de Hammurabi, refletindo uma sociedade mesopotâmica antiga. O rei Sargão I, na Babilônia, fez o registro mais antigo de adoção por volta do século 28 a.C. Algumas culturas, como bárbaros, hebreus e egípcios, costumavam acolher crianças sem pais e tratá-las como se fossem seus próprios filhos. No entanto, outras sociedades, como persas, assírios, gregos e romanos, controlavam estritamente o crescimento populacional. Nessas sociedades, o pai ou o estado tinham o poder de decidir se um recém-nascido seria permitido a viver, abandonado ou até mesmo morto (WEBER, 2011).

Na Idade Moderna, a Dinamarca teve uma das primeiras leis de adoção em 1683, que influenciou o Código Napoleônico. Durante a Revolução Francesa, a adoção voltou a ser considerada, com mais atenção ao bem-estar das crianças adotadas. Na Inglaterra dos séculos 18 e 19, não havia adoção legal; em vez disso, as crianças se tornavam aprendizes em trabalhos especializados. O nascimento de filhos ilegítimos era malvisto e levava a práticas como aborto, infanticídio e abandono (WEBER, 2011).

A Roda dos Enjeitados ou dos Expostos surgiu para lidar com esse problema. Esta recebeu esse nome devido ao dispositivo onde os bebês eram deixados. A roda tinha formato cilíndrico e era dividida ao meio por uma divisória. O expositor colocava a criança no interior da roda, que era girada para que a criança ficasse do outro lado do muro. Após depositar a criança no interior da roda, o expositor puxava uma cordinha que acionava uma sineta, que era o som de uma campainha para alertar a rodeira ou a vigilante de que um bebê havia sido abandonado na roda. Em seguida, o expositor deixava o local discretamente, sem ser identificado (MARCÍLIO, 2019). Alguns estudos apoiaram o uso da Roda dos Expostos como uma medida moralizadora e de proteção para as mulheres. Por outro lado, destacava-se a adoção como instrumento para sanar os interesses do adulto (WEBER, 2011).

Após a Primeira Guerra Mundial, a adoção passou a ser vista como uma forma de cuidar das muitas crianças órfãs e abandonadas, focando no interesse delas. A ideia era que a adoção poderia proporcionar um ambiente de paz e bem-estar para essas crianças. Após a Segunda Guerra Mundial, o foco da adoção se voltou principalmente para recém-nascidos. Na América Latina, embora tenha havido práticas de adoção desde os tempos coloniais, essas práticas não foram reconhecidas oficialmente pelas leis até o início do século XX (WEBER, 2011).

O abandono de crianças no Brasil não é algo novo. Os índios não costumavam fazer isso, mas essa prática começou com a chegada dos colonizadores europeus. Durante a época colonial, pais deixavam crianças, legítimas ou não, em vários lugares das cidades porque não as queriam. Como a "roda dos expostos" era um sistema em vigor, então permitia o abandono

anônimo de bebês. Esse sistema existiu no Brasil até a década de 1.950, tornando o país o último a encerrá-lo no mundo (WEBER, 2011).

Em relação à adoção no Brasil, segundo Weber (2011), a legislação teve sua origem nas ordenações Filipinas, marcando o início da regulamentação dessa prática no país. Referências à adoção eram escassas nos textos jurídicos antes da elaboração do Código Civil de 1916, cuja inclusão foi controversa e creditada a Clóvis Beviláqua, que afirmou que adoções já estavam ocorrendo em vários estados brasileiros.

As regras de adoção no Código Civil brasileiro de 1916 eram muito rígidas, permitindo a adoção somente por pessoas com mais de 50 anos que não tivessem filhos biológicos ou legalmente reconhecidos. Em 1927, o Brasil introduziu o primeiro código de menores na América Latina, que definia o que era considerado abandono e a suspensão do pátrio poder (hoje chamado de poder familiar) (WEBER, 2011).

No entanto, essas mudanças não contribuíram para resolver o problema da adoção nem reduziram o número de crianças abandonadas no país. Em vez disso, focaram principalmente a colocação dessas crianças em instituições como forma de proteção à infância (WEBER, 2011). No entanto, na Bahia em 1941, segundo Weber (2011), surgiu a primeira agência de colocação familiar, mas ao longo do tempo, a proteção de crianças órfãs se transformou na colocação delas em famílias para servir, perdendo seu propósito inicial.

Em seguida, surgiram outras leis. A Lei 3.133/57, que diminuiu a idade mínima do adotante para 30 anos, com diferença de idade adotante/adotado 16 anos, permitindo adoção por casais que já tivessem filhos. Noutro momento, surgiu a Lei 4.655/65, que introduziu a legitimação adotiva, concedendo quase os mesmos direitos e deveres a adotados, exceto em sucessões com filhos legítimos. Essa lei permitia a adoção de crianças abandonadas, que tivessem idade de até 7 anos, cujo os pais fossem desconhecidos ou que eles declarassem por escrito que a criança pudesse ser entregue. E a lei também se aplicava em caso de crianças órfãs, quando passado um ano e não houvesse nenhum parente que a tenha procurado, ou casos em que apenas a mãe reconhece o filho, mas não tenha condições de prover a criação.

Já a Lei 6.697/79, tratava sobre proteção, vigilância e assistência às crianças (nessa época chamadas “menores”) e, em quais condições que a criança deveria estar para ser considerada “condição irregular”, por exemplo, também nomeava quem deveria ficar como responsável para se fazer cumprir o que a lei exigia e quem deve fiscalizar. Determinava também quais situações uma criança poderia ser colocada em família substituta. A lei trazia outras questões como os requisitos necessários para quem iria adotar, como se daria a destituição do pátrio poder, dentre outros.

Contudo, nos anos 80, impulsionado pela Declaração Universal dos Direitos da Criança de 1989, houve um movimento importante no Brasil para proteger as crianças, o que resultou na criação e aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, uma das leis mais avançadas do mundo (WEBER, 2011).

O ECA também facilitou o processo de adoção, pois prevê que todas as crianças, sejam filhos biológicos ou adotados, têm os mesmos direitos. Passou a considerar que pessoas com mais de 18 anos podem adotar crianças, respeitando a diferença de idade de 16 anos, e também permitiu que pessoas solteiras, viúvas, conviventes e divorciadas adotem. Além disso, o ECA fez com que a adoção fosse um compromisso permanente e irrevogável, não apenas algo que as pessoas fazem por interesse, mas sim por amor. Isso ajudou a garantir que os direitos das crianças fossem respeitados e protegidos no país (BRASIL, 1990).

Assim, a colocação da criança ou adolescente em família substituta como meio para protegê-la e dar a ela uma família é um fato bastante recente e que vem sendo aprimorado ao longo dos anos. É importante salientar que antecedente a uma adoção, em grande parte dos casos, a criança passou por situações de negligências e violências. Portanto, ainda que, atualmente, no tocante jurídico, existem Leis que consideram os direitos e interesses da criança/adolescente ao serem colocadas em uma família substituta, sabe-se que ainda são necessários muitos avanços no modo como este processo de preparação e inserção em famílias substitutas são realizados na prática.

1.4 Direitos das crianças e adolescentes e o Acolhimento Institucional

O olhar para a criança e adolescente enquanto sujeito de direitos é uma conquista bastante recente na nossa história, tendo como seu marco a promulgação do ECA, em 1990, como já mencionado. Tal lei prevê a garantia de proteção integral à criança e adolescente, haja vista que estas necessitam de todas as oportunidades e facilidades que corroborem para o seu desenvolvimento físico, moral, espiritual e social (BRASIL, 1990).

O ECA prevê que a família, sociedade e Estado são os responsáveis por garantir que todos os direitos da criança e adolescente sejam efetivados com primazia, indicando nesse caso quem deverão ser os agentes garantidores da efetivação desses direitos que, sendo por algum deles negados, assumirão consequências também garantidas em lei, de acordo com o tipo de negligência, violência ou outro dano causado à criança ou adolescente (BRASIL, 1990).

Outros documentos, que têm como tema os direitos da criança e do adolescente foram lançados após a instituição do ECA. A Convenção Internacional sobre os direitos da criança foi o documento de maior aceitação mundial, sendo ratificado por 196 países. Essa

convenção entrou em vigor nacional no Brasil em 21 de novembro de 1990 e, dentre seus objetivos, versa sobre o dever do Estado em assegurar que todos os serviços prestados às crianças e adolescentes sigam um padrão de funcionamento estabelecido por entidades competentes e que também sejam fiscalizados por um órgão público competente, aumentando a garantia de que crianças e adolescentes desfrutem de serviços de qualidade, adequados à sua condição e fase do desenvolvimento (ONU, 1989).

Um dos direitos fundamentais dados à criança e ao adolescente, de extrema importância para o seu desenvolvimento, é o direito à convivência familiar e comunitária, apresentado pelo artigo 19 do ECA, que garante primordialmente o direito da criança de crescer e se desenvolver no seio de sua família originária, desde que este seja um ambiente propício ao seu desenvolvimento integral (BRASIL, 1990).

Ainda de acordo com o artigo 19 do ECA, de forma excepcional, para garantia desse direito, a criança poderá ser colocada em família substituta, após esgotamento das possibilidades de realocação da criança em sua família de origem ou família estendida, que diz respeito aos avós, tios, primos ou outros parentes, que mantenham contato com a criança ou adolescente (BRASIL, 1990). Em 2009, foi sancionada a lei 12.010, que trata sobre a colocação da criança ou adolescente em família substituta, nos casos excepcionais em que não há a possibilidade de continuidade na família natural (BRASIL, 2009).

Assim, nos casos em que existe situação de risco à criança e adolescente, uma das medidas previstas no ECA é a inserção desta em programa de acolhimento familiar ou institucional, utilizáveis como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta. Então, a criança e/ou adolescente pode permanecer no programa de acolhimento até que se decida se ela voltará para família de origem ou entrará para a fila de adoção, sendo colocada em uma família substituta (BRASIL, 1990).

Para Souza, Brito e Monteiro (2021), a Lei 12.010, de 2009 acabou por manter a prioridade de reunir crianças e adolescentes com suas famílias de origem. Essa lei preservou a ideia de que a adoção deveria ser uma medida excepcional, ou seja, algo a ser considerado somente em circunstâncias especiais, em vez de ser uma alternativa amplamente adotada para crianças que não podem ser cuidadas por suas famílias biológicas. Portanto, essa lei enfatiza a importância de manter os laços familiares sempre que possível, em vez de recorrer à adoção como a primeira opção.

Posteriormente, foi criada a lei 13.509, de 22 de novembro de 2017, que vem como alteração do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069, de 13 de julho de 1990). Esta lei muda o tempo de reavaliação dos casos de crianças em instituições de acolhimento para no

máximo 3 meses e o tempo de permanência em acolhimento passa ser de até 18 meses. A busca pela família extensa continua tendo prioridade em caso de destituição do poder familiar, passando a ter um prazo de busca de 90 dias, podendo ser prorrogado por igual período. A lei traz também o programa de apadrinhamento, que tem o intuito de proporcionar à criança ou adolescente vínculos externos à instituição, tendo a oportunidade de vivências familiar e comunitária (BRASIL, 2017).

Com relação aos Serviços de Acolhimentos Institucionais, contextos foco deste estudo, estes são serviços destinados a acolher crianças e adolescentes em situações de risco, devido a violações de direitos ou falta de proteção por suas famílias, visando o retorno seguro ao convívio familiar sempre que possível, priorizando a família de origem ou, em casos excepcionais, uma família substituta, via adoção. O foco é preservar e fortalecer os laços familiares e comunitários, atendendo a um pequeno grupo e proporcionando espaços para guardar pertences e registros importantes da vida e desenvolvimento de cada criança e adolescente (BRASIL, 2020).

O Acolhimento Institucional pode ocorrer em duas formas: 1) abrigos, que devem ser locais semelhantes a residências com capacidade para até 20 crianças e adolescentes, localizados em áreas residenciais e projetados para oferecer um ambiente acolhedor e digno; e 2) casas-lares, onde um educador ou casal residente e cuida de até 10 crianças e adolescentes, em uma casa que não é a sua própria. (BRASIL, 2020).

No Acolhimento as crianças e adolescentes estabelecem suas relações e interações, exigindo muita reflexão e prática por parte dos profissionais atuantes nestas instituições. Nesse sentido, torna-se essencial observar, avaliar e compreender as instituições e seus agentes, para assegurar o cuidado e a proteção dessas crianças em situação de vulnerabilidade (LIMA, 2018).

Parte desses agentes dos serviços de acolhimento é a chamada equipe técnica, formada minimamente por um Psicólogo e um Assistente Social. Estes profissionais exercem trabalho crucial para a garantia dos direitos das crianças e adolescentes acolhidos. As atribuições destes profissionais são de buscar e manter, sempre que possível, o convívio familiar dos acolhidos, seja a família nuclear ou extensa, corroborando para que a colocação em família substituta, em casos excepcionais, como determina a lei (BRASIL, 2009).

O trabalho do técnico sempre deve priorizar o não afastamento ou a reintegração familiar. O técnico deve empenhar todos os esforços e recursos disponíveis para que a permanência da criança ou adolescente na instituição seja o menor possível e não ultrapasse o tempo máximo de 18 meses determinado pelo ECA e, em nenhuma hipótese deve tomar posição

de desistência pela busca por garantir para a criança ou adolescente o direito à convivência familiar, prioritariamente a de origem e, excepcionalmente, substituta (BRASIL, 2009).

Ainda diversas outras atribuições estão dentro do papel dos técnicos de Acolhimento institucional em relação às crianças ou adolescentes acolhidos, como a garantia de acesso ao respeito à diversidade e não discriminação, oferta de atendimento personalizado e individualizado, garantia de liberdade à crença e religião, respeito à autonomia. Todos esses direitos são garantidos em lei pelo ECA e devem ser observados pelos profissionais da equipe técnica (BRASIL, 2009).

Em resumo, ao examinar o histórico das leis que regem o processo de adoção e como as crianças eram consideradas ao serem inseridas no âmbito familiar, compreende-se que reconhecer a criança como parte central desse processo pode ser um fator chave. Os profissionais que atuam nos acolhimentos institucionais devem considerar com atenção as subjetividades das crianças e/ou adolescentes. Isso não apenas respeita os direitos delas, mas também promove relações mais saudáveis e significativas, na qual a criança tem voz e participação ativa na construção de sua nova família. Dessa forma, deve-se questionar sempre se o processo de adoção de fato foca no bem-estar da criança e considera suas especificidades.

2 JUSTIFICATIVA

O processo de adoção é conhecido historicamente como uma forma de manutenção das famílias ou para suprir as necessidades de casais improdutivos. Nesse caso, percebe-se que a intenção da sociedade não estava voltada para proteger a criança abandonada, e quem dirá, um olhar sensível às questões subjetivas ou de direito ao bem-estar das crianças. Dessa forma, o processo de adoção tem percorrido por variações ao longo do tempo, tanto legais quanto informais. Ações no sentido legal, nem sempre são sucesso garantido para a conscientização de um comportamento histórico (WEBER, 2011).

Neste contexto, entende-se que o processo de adoção vai além de fazer valer a Lei, pois precisamos levar em consideração que antes da adoção, as crianças/adolescentes, passaram por uma entrega, abandono ou negligências. Assim, compreender seus sentimentos, singularidades e subjetividades, torna-se imprescindíveis para o exercício da reflexão acerca da preparação para adoção.

Com isso, propõe-se neste presente trabalho, compreender como as crianças ou adolescentes se sentem nesse processo de adoção. Como acesso a essa compreensão, este estudo pretende apoiar-se nas perspectivas de profissionais da equipe técnica de acolhimento institucional, com intuito de responder algumas inquietações como: Quais as percepções da equipe técnica dos serviços de acolhimento acerca da subjetividade das crianças e adolescentes que aguardam pela adoção? O tempo psicológico da criança corresponde ao tempo cronológico e/ou ao judiciário? Quais as emoções, situações e sentimentos, deve-se levar em conta para o processo de preparação para adoção de crianças em Acolhimento Institucional?

Contudo, entende-se, a priori, que o estudo seja importante para a compreensão e reflexão acerca dos instrumentais, estratégias e manejo do processo de preparação para adoção.

3 OBJETIVOS

Os objetivos de uma pesquisa são os principais conhecimentos que se deseja transmitir ao leitor do trabalho, instrumentalizados através dos métodos utilizados.

3.1 Objetivo Geral

Compreender o processo de preparação para adoção de crianças/adolescentes na perspectiva de profissionais da equipe técnica de acolhimento institucional.

3.2 Objetivos Específicos

Verificar os recursos, instrumentos e estratégias utilizados pelos profissionais na preparação de crianças/adolescentes para a adoção.

Avaliar os desafios e potencialidades encontrados pelos profissionais no processo de preparação para adoção.

Compreender e refletir sobre as perspectivas dos profissionais acerca dos impactos e repercussões na subjetividade das crianças/adolescentes em processo de adoção.

4 MÉTODO

Nesta seção serão abordados os aspectos relativos ao percurso metodológico que orientou o estudo, de forma a explicitar o delineamento de pesquisa, a estratégia metodológica adotada, os participantes, os instrumentos, os procedimentos de coleta e análise de dados, e os cuidados éticos envolvidos no desenvolvimento da pesquisa.

4.1 Tipo de estudo

Trata-se de um estudo de caráter exploratório, descritivo, de corte transversal, amparado na abordagem qualitativa de pesquisa. Em termos da abordagem qualitativa, Bogdan e Biklen (2010) destacam cinco características presentes neste tipo de investigação: (a) Os dados são obtidos no ambiente natural, sendo que o investigador se constitui no principal instrumento do estudo; (b) A investigação qualitativa é descritiva, sendo de suma importância que o pesquisador examine o mundo com a ideia de que nada é trivial e que tudo tem potencial para servir como pistas para investigar o objeto de estudo; (c) Há maior interesse no processo do que apenas nos resultados ou produtos; (d) Os investigadores na pesquisa qualitativa tendem a analisar os seus dados de forma indutiva, ou seja, não recolhem dados com o objetivo de confirmar hipóteses construídas previamente; (e) O interesse está no modo como as pessoas dão sentido às suas vidas, tendo o significado importância vital neste tipo de investigação.

Destaca-se que, nem todos os estudos considerados qualitativos possuem as cinco características, no entanto, a questão não se trata se determinada investigação é totalmente qualitativa, mas sim uma questão de grau (BOGDAN; BIKLEN, 1997). Denzin e Lincoln (1994) postulam a pesquisa qualitativa como sendo multimetodológica quanto ao foco, envolvendo uma abordagem interpretativa e naturalística, o que significa que os pesquisadores qualitativos estudam os fenômenos no seu *setting* natural, tentando dar sentido ou interpretar fenômenos em termos dos significados que as pessoas lhes trazem. Minayo (2008), por sua vez, descreve a metodologia qualitativa como sendo aquela que busca a incorporação de significados e intencionalidade aos atos, às relações e às estruturas sociais em termos de transformação e construções humanas significativas.

No que tange ao objetivo e período de seguimento do presente estudo, trata-se de um estudo descritivo, exploratório e transversal, que teve como objetivo, de modo geral, compreender o processo de preparação para adoção de crianças/adolescentes na perspectiva de profissionais da equipe técnica de acolhimento institucional, em que buscou-se identificar e analisar conceitos e ideias presentes nos discursos das participantes, procurando esclarecer os

sentidos e significados envolvidos (GIL, 1991), a partir de um momento específico das suas trajetórias de vida, ainda que esse momento esteja inserido em um contexto mais amplo (POLIT; BECKER; HUNGLER, 2004).

4.2 Participantes

Os participantes deste estudo foram escolhidos por critérios de conveniência, sendo contatados a partir das redes pessoais de contato das pesquisadoras e por meio da técnica de “bola de neve”, em que participantes incluídas ou relacionadas com as pesquisadoras indicaram/sugeriram outros eventuais participantes.

Assim, a partir de critérios de inclusão preestabelecidos, foram convidadas a participar do estudo: técnicos, psicólogos e assistentes sociais, que trabalharam ou trabalham em serviço de acolhimento institucional para crianças e adolescentes e que já atuaram em ao menos um processo de preparação para adoção. Não houve uma restrição em termos tempo de atuação dos participantes, uma vez que, a condição para a participação foi a de já ter atuado em ao menos um processo de preparação para adoção.

Foram excluídos os demais profissionais do serviço de acolhimento e os técnicos inseridos no serviço de acolhimento que não realizaram preparação para adoção.

Foram recrutadas um total de sete técnicas de serviço de acolhimento institucional, sendo, quatro psicólogas e três Assistentes Sociais, atuantes em sua maioria no estado de São Paulo e uma delas no estado do Pará. Destaca-se que um aprofundamento do perfil e trajetória de cada participante ficará evidenciado, posteriormente, na sessão de Resultados e Discussão.

4.3 Instrumentos

Os instrumentos utilizados para a coleta de dados foram:

(1) Formulário de Dados Sociodemográficos: Trata-se de um formulário desenvolvido pelas pesquisadoras (Apêndice A) para caracterizar as participantes em relação às informações sociodemográficas como idade, cor, naturalidade, estado civil, situação ocupacional, dentre outros.

(2) Roteiro de entrevista semiestruturado: trata-se de um instrumento elaborado pelas pesquisadoras a partir da literatura e considerando os objetivos deste estudo (Apêndice B). O roteiro foi aplicado individualmente com cada participante. A entrevista é considerada uma das estratégias mais representativas da investigação qualitativa e que melhor ilustra suas características, sendo utilizada em diálogos que almejam que os participantes descrevam e interpretem, em linguagem própria, os aspectos do mundo (BOGDAN; BIKLEN, 1997).

Dentre as vantagens do uso da entrevista como técnica de pesquisa na perspectiva qualitativa, Fraser e Gondim (2004) destacam o fato deste recurso favorecer a relação intersubjetiva do entrevistador com o entrevistado, e, por meio das trocas verbais e não verbais, permitir uma melhor compreensão dos significados, dos valores e das opiniões dos atores sociais a respeito de situações e vivências pessoais. Chamam atenção ainda para a flexibilização na condução do processo de pesquisa e na avaliação de seus resultados, visto que o entrevistado tem um papel ativo na construção da interpretação do pesquisador, favorecendo o acesso direto ou indireto às opiniões, às crenças, aos valores e aos significados que as pessoas atribuem a si, aos outros e ao mundo circundante.

Deste modo, a entrevista dá voz ao interlocutor para que ele fale do que está acessível a sua mente no momento da interação com o entrevistador e em um processo de influência mútua, entre pesquisador e participante, produz um discurso compartilhado pelos dois atores (FRASER; GONDIM, 2004).

(3) Diário de campo: a fim de complementar os dados da pesquisa, as pesquisadoras realizarão notas de campo após a aplicação dos instrumentos, nas quais buscarão escrever da maneira o mais detalhada possível aquilo que viu, ouviu, vivenciou e pensou no decurso da coleta de dados, de acordo com o recomendado por Bogdan e Biklen (2010). A utilização de notas de campo oferece um suplemento importante aos outros instrumentos utilizados, permitindo que o pesquisador obtenha informações valiosas e detalhadas dos fatos ocorridos no campo de coleta de dados, incorporando os aspectos não verbais e também as suas impressões, sentimentos e percepções que configuram a contratransferência da pesquisadora.

4.4 Coleta dos dados

Especificação de como os dados obtidos na pesquisa serão manejados durante o procedimento.

4.5 Procedimento

A coleta e análise dos dados, seguiram as seguintes etapas:

4.5.1 Coleta de dados

As sete participantes deste estudo foram escolhidas por critérios de conveniência, sendo contatadas a partir das redes pessoais de contato das pesquisadoras e por meio da técnica de “bola de neve”, em que participantes incluídas ou relacionadas com as pesquisadoras

indicaram/sugeriram outros eventuais participantes. A coleta de dados de 5 participantes foi realizada de forma presencial, enquanto de 2 foi realizada de forma remota.

Assim, de acordo com a disponibilidade das participantes, estabeleceu-se a data e horário e local dos encontros, que tiveram uma duração variável, entre uma e três horas. Os encontros presenciais foram realizados em locais escolhidos pelas participantes, enquanto, os encontros remotos foram realizados via vídeos chamadas.

As entrevistas foram realizadas no período de agosto e setembro do ano 2023, sendo que cada entrevista teve sua duração média de 53 minutos, totalizando ao final 6 horas e 17 minutos em entrevistas. Antes de iniciar a coleta de dados foi explicado a cada participante, de forma detalhada, a natureza e os objetivos do estudo, solicitando assim que eles assinassem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Apêndices C e D) para participação na pesquisa, em que constavam por escrito os objetivos, o método, a responsabilidade ética da pesquisadora com os dados obtidos e a possibilidade de desistência da entrevistada a qualquer momento do processo de coleta de dados. Uma via deste termo foi disponibilizada a cada participante.

A ordem de aplicação dos instrumentos foram: Formulário de Dados Sociodemográficos e roteiro de entrevista semiestruturado. A aplicação dos instrumentos foi audiogravada mediante o consentimento das participantes e os registros foram transcritos na íntegra para posterior análise. Os registros audiogravados, juntamente com as anotações no diário de campo consistiram o *corpus* da pesquisa.

4.5.2 Tratamento e análise dos dados

Para a organização dos dados foram utilizados os procedimentos preconizados por Bardin (2002) e Minayo (2008) para análise de conteúdo temática. Conforme destacado anteriormente, as entrevistas foram audiogravadas e, posteriormente, transcritas na íntegra, sendo que as transcrições foram submetidas à análise de conteúdo temática, permitindo destacar quatro principais eixos temáticos identificados nos relatos dos participantes: (1) Os desafios e potencialidades do processo de preparação pra adoção; (2) As repercussões do acolhimento institucional na subjetividade das crianças e adolescentes; (3) Apontamentos em relação ao processo de habilitação de pessoas e/ou casais; (4) A atuação em casos de devolução de crianças e adolescentes.

A interpretação dos materiais obtidos foi pautada na literatura disponível sobre o tema. Faz-se importante a consideração de que as construções temáticas apresentadas nos resultados não esgotam, em absoluto, as possibilidades de olhar para os dados.

4.6 Aspectos éticos

Em relação às exigências éticas, o projeto do presente estudo foi enviado para Comitê de Ética em Pesquisa Barão de Mauá (CEPBM), obtendo aprovação sob o processo CAAE nº 69647423.5.0000.5378 (Anexo A). A execução do projeto foi amparada na resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, que regulamenta a pesquisa envolvendo seres humanos (BRASIL, 2012).

A participação das participantes foi voluntária, de modo que, antes do início da coleta dos dados, como já mencionado anteriormente, todas formalizaram sua anuência mediante a assinatura do termo do TCLE. Em relação ao material audiogravado, os registros serão armazenados por um período de cinco anos após a conclusão do presente estudo pela orientadora responsável, como forma de resguardar a privacidade do material e manter a identidade das participantes em sigilo, em atenção às disposições éticas vigentes.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados do presente estudo serão apresentados em duas partes: primeiramente será realizada a caracterização das participantes, em termos de nome, idade, profissão, tempo de formação, cidade de atuação, tempo de atuação no serviço de acolhimento institucional e a descrição da forma que a inserção neste serviço ocorreu.

Posteriormente, serão apresentadas as análises conjuntas das falas das sete participantes, de forma a expor as categorias temáticas destacadas a partir da análise dos discursos e vivências destas.

5.1 Quem são as participantes do estudo? Uma breve apresentação e contextualização

A seguir, será apresentada uma tabela de caracterização das participantes do presente estudo:

Tabela 1 – Caracterização das participantes

							(continua)
Nº	Nome	Idade	Profissão	Tempo de Formação	Cidade de Atuação	Tempo de atuação no Serviço de Acolhimento Institucional	Inserção no Acolhimento institucional
1	Larissa	36	Psicóloga	13 anos	Interior de São Paulo	Atua há 3 anos	Ingressou no serviço de acolhimento por meio de um pedido de transferência. Inicialmente não tinha planejado seguir essa área, pois seu interesse estava voltado para as áreas da psicologia hospitalar e clínica.
2	Vanessa	48	Assistente Social	6 anos	Interior de São Paulo	Atua há 1 ano	Tinha interesse em atuar na assistência social, porém, especialmente no CRAS. No entanto, sua perspectiva mudou quando teve a oportunidade de inserção neste serviço, sendo significada como uma prática desafiadora, mas valiosa para sua carreira.

Tabela 1 – Caracterização das participantes

							(continuação)
Nº	Nome	Idade	Profissão	Tempo de Formação	Cidade de Atuação	Tempo de atuação no Serviço de Acolhimento Institucional	Inserção no Acolhimento institucional
3	Jade	35	Assistente Social	13 anos	Interior de São Paulo	Atuou por 5 anos.	Ingressou no serviço público municipal por meio de um concurso. Inicialmente, foi alocada no CREAS, mas, após 8 meses, solicitou a transferência para o serviço, sem imaginar os desafios que enfrentaria.
4	Paula	32	Assistente Social	13 anos	Interior de São Paulo	Atua há 9 Anos	Inicialmente não planejou sua carreira nesta área. No entanto, em seu segundo vínculo profissional, após passar em um concurso, foi designada diretamente para o serviço de acolhimento. Ao longo do tempo, desenvolveu uma paixão pelo serviço e hoje o vê como uma escolha diária.
5	Monique	45	Psicóloga	19 anos	Interior de São Paulo	Atua há 8 anos	A entrada na área de assistência social não foi planejada, mas ocorreu devido à aprovação em um concurso público. Sua carreira na assistência social aconteceu de forma não planejada, porém, ela se adaptou e se desenvolveu nesse campo ao longo do tempo.
6	Valentina	50	Psicóloga	15 anos	Próxima a Capital de São Paulo	Atua há 8 anos	Inicialmente não tinha a intenção de atuar na área, mas descobriu seu interesse por volta de 2015, ao longo de sua carreira. Buscou compreender melhor o serviço de acolhimento e se apropriar do

Tabela 1 – Caracterização das participantes

							(conclusão)
Nº	Nome	Idade	Profissão	Tempo de Formação	Cidade de Atuação	Tempo de atuação no Serviço de Acolhimento Institucional	Inserção no Acolhimento institucional
							assunto. Após adquirir um entendimento mais profundo da área, aceitou uma proposta de trabalho nesse campo.
7	Daiana	43	Psicóloga	6 anos	Município do Estado do Pará	Atua há 6 anos	Na graduação participou de uma pesquisa sobre crianças em situação de vulnerabilidade social em serviços de acolhimento. Desenvolveu seu mestrado e doutorado nessa área. Durante o doutorado, surgiu uma oportunidade de concurso no município relacionado ao acolhimento. Tomou a decisão consciente de se tornar técnica e aplicar seu conhecimento teórico diretamente no atendimento a crianças, adolescentes e famílias.

Fonte: Elaborada pelas autoras com base nas entrevistas.

Destaca-se que os nomes de todas as participantes são fictícios para evitar a identificação e assegurar o direito ao sigilo e à confidencialidade das informações fornecidas. Todas as participantes são do sexo feminino, com faixa etária entre 30 e 50 anos, com mais de cinco anos de formação no ensino superior.

Pode-se constatar que as participantes têm experiências diversas e não planejadas que as levaram ao trabalho no serviço de acolhimento. Inicialmente, nenhuma delas havia planejado seguir essa área, mas ao longo do tempo, desenvolveram interesse pelo trabalho realizado, apropriando-se deste espaço.

As suas falas destacaram a importância da adaptabilidade e da disposição para abraçar novas oportunidades na área de assistência social, demonstrando um compromisso sólido com o bem-estar de crianças, adolescentes e famílias em situações de vulnerabilidade.

5.2 Categorias temáticas

A seguir, serão apresentadas as análises conjuntas das sete participantes, de forma a expor as categorias temáticas destacadas a partir da análise dos discursos e vivências destas.

5.2.1 Os desafios e potencialidades do processo de preparação para adoção

As adoções tardias, ou seja, de crianças maiores e/ou adolescentes, foram destacadas como particularmente mais desafiadoras, devido às expectativas dos adotantes e às resistências das crianças/adolescentes. As participantes relataram que muitos casais apresentam como motivação para adoção a caridade e/ou uma idealização dos filhos, o que pode levar a expectativas elevadas em relação à criança adotada. Essas expectativas podem sobrecarregar a criança e tornar a adaptação ainda mais difícil.

Neste contexto, a psicóloga Valentina enfatizou a importância de pais adotivos desejarem ser "pais de verdade" (sic), ao invés vez de agir por caridade. Destacou que crianças adotadas não devem ser cobradas ou pressionadas para corresponder idealizações dos pais e que estes devem estar dispostos a se adaptar às necessidades das crianças, incluindo aquelas com deficiências. Em sua fala, revelou que: “houveram situações de pessoas que queriam adotar, adotaram e, quando a criança não apresentou a resposta desejada, não conseguiu dar nada em troca, foi devolvida, num outro momento.”

Em relação a adoção tardia, diversos estudos têm como foco a compreensão das expectativas e principais motivações dos adotantes. Os autores Sampaio *et al.* (2020), realizaram um estudo com 10 pessoas que entraram no processo de adoção e, no momento da pesquisa já estavam com suas crianças/adolescentes. Neste estudo, os autores destacaram o fato de a maioria das crianças em acolhimento serem mais velhas e em contraponto a maioria dos pretendentes ter preferência por bebês. Foi constatado que as motivações para adoção mais recorrentes foram o desejo de viver a parentalidade, contrapondo estudos que trazem que a infertilidade é o motivo mais recorrente.

Em relação ao motivo de terem optado pela adoção tardia, alguns mencionam não ter tempo em sua rotina para os cuidados que um bebê demanda, enquanto outros já vivenciaram o crescimento de um bebê, com filhos biológico e, não desejam vivenciar novamente. Percebeu-se que os pretendentes que optam pela adoção tardia, criam teorias de que serão poupados de algumas tarefas trabalhosas e mudanças de rotina que teriam com a adoção de bebês. No entanto, crianças mais velhas também demandam uma mudança na rotina destes novos pais, além do fato de que irão demandar bastante atenção desses pais, para que possam testar esse

afeto e terem segurança de realmente serão amados e não irão passar por uma nova rejeição (SAMPAIO *et al.*, 2020).

As psicólogas Monique e Valentina destacaram ainda o fato de que por serem maiores, as crianças/adolescentes podem apresentar resistências em relação à adoção, expressando, por vezes, o desejo de retornar para o convívio da família ou ficar na instituição. Sobre este aspecto, pode-se afirmar que existem mitos e preconceitos relacionados a crianças mais velhas que são adotadas. Estudos enfatizam que a ideia de que essas crianças já têm personalidades totalmente formadas e não podem se adaptar a novos pais é um equívoco, como evidenciado pela análise de casos reais. Portanto, destaca-se a importância de estabelecer laços afetivos com os novos pais ou cuidadores na vida de uma criança ou adolescente. A criação de vínculos afetivos satisfatórios com figuras de cuidadores é fundamental para o bem-estar psicológico da criança, e essas relações de apego desempenham um papel significativo no desenvolvimento de sua personalidade (BARROS *et al.*, 2021).

Os relatos destacaram também como um dos desafios do processo de preparação para adoção, o impacto das relações entre irmãos no contexto da adoção tardia. A Assistente Social Jade falou de um caso de duas irmãs:

Chegaram bem novinhas no Acolhimento, ficaram por bastante tempo acolhidas e criaram vínculo com o ambiente e educadoras, além de terem um vínculo muito forte entre si. Quando esgotaram as tentativas com a família extensa, uma das meninas queria ser adotada e a outra não, o que gerou muito sofrimento para ambas e, também para a equipe.

No que diz respeito aos desafios envolvidos no processo de preparação para a adoção de irmãos, o trabalho de Medeiros (2019) discute duas perspectivas apresentadas por profissionais que participaram de sua pesquisa. Alguns destes profissionais expressaram a preferência por manter os irmãos juntos em abrigos, visando preservar o vínculo fraterno e reconhecendo a importância disso para o bem-estar emocional das crianças. Por outro lado, há quem considere difícil encontrar famílias dispostas a adotar mais de uma criança ao mesmo tempo. Portanto, os profissionais destacam que, embora não existam diferenças legais no processo de adoção de irmãos em comparação com a adoção de crianças separadas, a dimensão emocional pode tornar o processo mais desafiador. Como alternativa, eles sugerem a adoção conjunta como uma solução para abordar essa questão.

Quando uma criança é adotada separadamente de seus irmãos, não é necessário que os laços fraternos sejam completamente rompidos. Em casos de adoção em que irmãos são separados, é viável manter um vínculo parcial entre eles. Alguns pais, juntamente com a equipe de adoção e a nova família dos irmãos do futuro filho, podem estabelecer um plano, se considerarem necessário, para manter o relacionamento entre as crianças e adolescentes. A convivência entre a criança ou adolescente e seus irmãos pode ajudar a suavizar os efeitos da separação e facilitar a formação de laços com os adotantes (MEDEIROS, 2019).

Sobre este desafio da adoção de irmãos, o artigo de Sousa (2018), disponível no site do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, aponta que, no Brasil, a maioria das famílias interessadas em adoção prefere crianças saudáveis, sem irmãos e com idades entre 0 e 2 anos, conhecido como o "perfil clássico". No entanto, observa-se uma mudança nas práticas de algumas varas da infância e juventude do país, devido ao aumento no acolhimento de crianças mais velhas, com sérios problemas de saúde e grupos de irmãos. Isso ocorre porque o sistema judicial está permitindo que novas famílias adotivas com perfis mais flexíveis adotem, resultando em adoções diversas ocorrendo com maior frequência e em prazos mais curtos.

Sousa (2018) também destaca a situação de uma possível família que se mostra disposta e motivada a adotar um grupo de seis irmãos, já tendo concretizado dezesseis outras adoções anteriormente. Essa não é uma trama de novela ou filme, mas uma história real documentada no Distrito Federal, merecendo ser enaltecida com respeito e admiração, e diz em seguida que:

A adoção de um grupo tão numeroso de irmãos com idades variadas é o resultado de uma escolha cercada de convicções, desejos e responsabilidade para com o efetivo, afetivo e zeloso exercício das funções parentais. Urge salientar que as adoções bem-sucedidas e garantidoras do superior bem-estar do adotando resultam de planejamento estratégico de vida, do compromisso com a preparação emocional e cognitiva, do apaixonado envolvimento da família extensa (avós, tios, sobrinhos), da predisposição para investir todos os esforços na construção de vínculos de afeto e de pertencimento familiar e, o mais importante, de garantir à adoção pleiteada prioridade absoluta na agenda de vida da família (BRASIL, 2018).

No que diz respeito às mães biológicas, surgem complexidades adicionais. A psicóloga Monique aponta que os vínculos emocionais entre as mães e seus filhos podem persistir, mesmo em circunstâncias difíceis, tornando desafiador determinar a falta de condições para a guarda. Um exemplo dessas situações está presente na seguinte fala:

[...] tinham 2 irmãozinhos, uma extremamente negligência de uma mãe até nova de 22 anos. Assim, as crianças viviam, ficavam sozinhas em casa. Uma menina de 7 e um menino de 4. E assim, a menina bem lotada de piolhos, de pediculose, que a menina precisou ficar hospitalizada, por quadro de uma de infestação de piolhos [...].

E se eu perguntasse para menininha: Com quem você quer ficar? Ela dizia que era com a mãe (Monique, psicóloga).

Outra questão abordada por Monique, envolve a idade das crianças no processo de adoção e a elaboração do luto. Não há regras rígidas, a maturidade e compreensão das crianças em diferentes idades são fatores importantes a serem considerados. Valentina (psicóloga) trouxe a preocupação sobre a relevância das decisões judiciais, especialmente em casos complexos que envolvem abuso, adoção irregular ou processos criminais, enfatizando que o equilíbrio entre o desejo da criança de permanecer com a família biológica e a necessidade de garantir seu bem-estar é uma tarefa delicada.

Em relação tempo de convivência entre criança e os pretendentes à adoção, todas as técnicas de acolhimento entrevistadas compartilharam da opinião de que não há um tempo padrão que funcione para todos os casos, visto que existem diversos fatores que influenciam esse quesito, como: nível de vínculo da criança com a família de origem e se ela já consegue elaborar o luto por essa família e o nível de preparação também dos adotantes.

Além disso, questões judiciais podem estar envolvidas a depender do caso. E isso foi confirmado na fala de uma das entrevistadas, a Psicóloga Larissa, quando disse: “Não tem tempo determinado. O acolhimento acompanha tanto a família quanto a criança/adolescente, avaliando se os pretendentes estão bem-preparados e se a criança recebe de forma satisfatória”.

A Psicóloga Monique afirmou que o tempo que essa fase da adoção, convivência, pode levar é bastante relativo, visto que é preciso avaliar como a criança irá se vincular com essa nova família:

E esse processo depende muito da vinculação da criança com a família, então não há um tempo certo. Já tivemos vinculações extremamente rápidas, em 3 meses, onde o adolescente se vinculou, foi embora, e tudo está indo muito bem. Em contrapartida, há casos em que a vinculação dura até 1 ano. Portanto, embora haja um prazo determinado por lei, é uma questão muito subjetiva.

Em relação à essa questão, foram encontradas contribuições na literatura, como na pesquisa realizada por Sampaio e Magalhães (2023, p. 6), em que perceberam “que tanto a demora na concretização do processo quanto a tentativa de agilizá-lo impactaram a construção do vínculo parento-filial, gerando ansiedade e sentimento de desamparo”.

Ainda no estudo de Sampaio e Magalhães (2023, p. 8), chegou-se ao seguinte questionamento, após entrevistas com pretendentes: “até que ponto seria possível assimilar toda a informação daquilo que pode não ir bem ou não ocorrer conforme o esperado?” E para responder ao questionamento, concluem que isso será evidenciado após o início do período de

convivência entre crianças/adolescentes e pretendentes, quando se inicia o encontro com o “filho(a) real”. E completam dizendo que, por isso, é de extrema importância o acompanhamento pós adoção, que é o momento em que se intensificam os conflitos entre expectativas e realidade, ou seja, entre o filho(a) idealizado e o “filho(a) real.

Ainda sobre o tempo que uma criança passa em acolhimento, a psicóloga Valentina ressaltou que é relativo, pois, depende das circunstâncias individuais e da capacidade de adaptação de cada criança. Apesar de haver um limite legal de 18 meses para a permanência em um abrigo, essa duração pode ser encurtada ou prolongada com base na situação particular de cada criança. Ela mencionou que costuma realizar esse tipo de diálogo com a criança, explicado abaixo:

A gente fala para a criança: 'Olha, você vai conhecer algumas pessoas...' E daí ela pergunta se é adoção e falamos: 'Sim, é adoção. São pessoas que vêm aqui para você , psicóloga, conhecer, mas se você não gostar da pessoa, você pode falar que não gostou dessa pessoa, e dizer não quero.' A criança também tem o direito de expressar se não se sentiu vinculada, não é verdade?

A psicóloga ainda destacou que o tempo prolongado no serviço de acolhimento pode ser desafiador para as crianças, pois desenvolvem fortes vínculos com os cuidadores e consideram o local como sua casa, tornando a transição para uma nova família mais dolorosa. Mencionou que, no passado, o processo de adoção costumava ser mais ágil em casos de dependência química e reincidência dos pais, com a equipe buscando soluções para ajudar os pais superarem seus problemas de dependência e recuperar a guarda de seus filhos, envolvendo a rede de atendimento, principalmente de saúde mental. No entanto, a duração desse processo varia amplamente dependendo de cada caso específico.

Então fica claro que, para algumas técnicas, o primeiro desafio é a demora no processo de destituição, o que pode resultar em casais esperando anos para serem chamados para a adoção e crianças/adolescentes também esperando por uma família. As técnicas compartilharam que esse período de espera muitas vezes torna o processo de adoção incompatível com a fase de vida do casal, afetando a dinâmica familiar e as expectativas. Além disso, a amplitude das expectativas sobre adoção, o desejo de adotar crianças de faixas etárias específicas e a busca por preencher lacunas emocionais podem tornar o processo mais complexo e demorado.

Outro desafio apontado e significativo é o comportamento das crianças após a adoção, que pode ser inesperado e desafiador para os pais adotivos. Ciúmes, comportamentos considerados inadequados e outras questões comportamentais podem levar à devolução da

criança ao acolhimento, o que é emocionalmente desafiador para todas as partes envolvidas. A existência de um prazo de três meses para revisar casos de acolhimento é vista como benéfica para reduzir o tempo de permanência das crianças no sistema de acolhimento, embora seja reconhecido que nem sempre funciona da mesma forma em todos os casos, especialmente quando questões burocráticas, como a destituição do poder familiar, estão envolvidas. Além disso, alguns casos revelam a complexidade e a relatividade do tempo no processo, uma vez que as circunstâncias específicas de cada criança e família podem afetar a duração do acolhimento e do processo de adoção.

Outro assunto bastante delicado e importante, tratado pela participante Valentina, é sobre o acolhimento e adoção ligados à diversidade, principalmente quando se trata de crianças com deficiência. Ela relatou ter experiências positivas com casos notáveis, por exemplo, quando um casal homoafetivo adotou uma criança com várias deficiências, demonstrando amor e comprometimento profundos, independentemente das dificuldades. E ainda um outro caso vem relatado na seguinte fala:

Outro caso foi o de uma professora que se voluntariou para adotar uma criança com múltiplas deficiências e enfrentou um processo especial de adoção devido às condições da criança. Quando ela procurou o fórum, não havia nenhum pretendente para as condições em que a criança se encontrava, então ela pôde se cadastrar naquele momento e se tornou a número 1 da fila. Não havia, quando os técnicos procuravam no sistema nacional de adoção, ninguém que quisesse adotar uma criança com tantas patologias. Foi então que ela disse: 'Então posso ser a primeira?' e se cadastrou, adotando essa criança há cerca de 4 anos.

Diante desta fala, pode-se perceber o impacto no processo de adoção quando os pretendentes possuem o desejo genuíno de ser pais, colocando sua candidatura com um perfil mais amplo, como no caso da professora citada acima. Nesse sentido, pode-se constatar o impacto dessa abertura no perfil de adoção nos estudos de Campanha-Araujo e Nascimento (2022), onde foi realizada uma entrevista com uma família por meio da adoção. Os resultados revelaram que a principal motivação apresentada foi a de constituir uma família por intermédio da adoção, além de também perceberem uma maior abertura do perfil desses pais nesse processo, o que culminou para que o processo dessa família ocorresse de forma mais ágil e exitosa.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ, 2023) aponta que apenas 2,5% dos pretendentes à adoção no Brasil consideram adotar crianças com deficiência. Embora 15,5% das crianças disponíveis para adoção tenham alguma deficiência, o processo é dificultado devido às restrições impostas pelos pretendentes. Entre essas restrições, inclui-se a preferência

por crianças que não sejam negras, não tenham irmãos e tenham menos de cinco anos. Atualmente, cerca de 40 mil crianças estão acolhidas, sendo 35 mil aguardando decisões judiciais. Os números relacionados à adoção de crianças com deficiência têm aumentado no Brasil, passando de 22 adoções em 2015 para 115 em 2020. O ECA estabelece prioridade no processo de adoção para quem deseja adotar crianças ou adolescentes com deficiência. Mesmo que a pandemia tenha causado uma queda de 43% nas adoções, o Estado de São Paulo tem visto uma recuperação com 558 adoções de janeiro a agosto deste ano, em comparação com 431 do ano anterior.

Nas experiências compartilhadas pelas participantes Paula e Monique, destacaram-se desafios cruciais no complexo processo de adoção e no trabalho de acolhimento institucional para crianças e adolescentes. A primeira participante ressalta a falta de informações sobre a família adotiva, a demora nos processos judiciais, a complexidade e burocracia dos procedimentos legais, bem como a idealização das mães por parte das crianças.

Todos estes fatores, podem corroborar para que a espera na fila de adoção pelos pretendentes seja estendida, no entanto, outros fatores também foram confirmados em um estudo realizado por Sampaio e Magalhães (2023, p. 7), em entrevista com pretendentes que vivenciaram adoções malsucedidas, onde eles obtiveram que: “O que se sabe é que o tempo varia de acordo com o perfil escolhido pelo pretendente. Além disso, o tempo de espera também será afetado pela existência ou não de políticas públicas de proteção à infância no município, uma vez que isso implicará a quantidade de crianças acolhidas”.

O relato da Assistente Social Paula, também enfatizou a necessidade de que as profissionais do acolhimento tenham uma maior autonomia e envolvimento no processo de adoção, desde seu início até a concretização, ou seja, desde o momento em que os pretendentes estão em contato com o fórum, para que possam realizar uma melhor preparação da criança ou adolescente:

Nossa função se resume principalmente em identificar que a criança está disponível para adoção. O setor técnico e o judiciário são responsáveis por todo o processo de busca e intermediação com os pretendentes. Quando um pretendente está interessado em conhecer a criança, eles já tiveram contato com a equipe do setor técnico, viram uma foto da criança e receberam informações. Nossa função principal não envolve fornecer essas informações. Isso limita consideravelmente nosso trabalho de preparação da criança, já que não temos muitos dados sobre a família adotiva, que muitas vezes é desconhecida para nós.

Por fim, Paula descreveu a relação entre a instituição de acolhimento, a equipe técnica do judiciário e o processo de adoção de onde ela trabalha. Enfatizou a falta de

envolvimento oficial da instituição de acolhimento na parte de adoção e a limitação do conhecimento sobre as crianças para aqueles que não convivem diretamente com elas, que são os técnicos do judiciário. Paula menciona que o termo "adoção" é visto como burocrático na instituição, indicando a complexidade e os trâmites regulamentares envolvidos nesse processo, enquanto o papel da instituição de acolhimento é resguardar e cumprir suas atribuições legais sem se envolver diretamente na área de adoção devido a essas atribuições específicas.

A participante Daiana, psicóloga, também apontou que o maior desafio é a falta de comunicação eficaz entre a equipe do EACA (Equipe de Acolhimento e Convivência para Adoção) e o judiciário, o que resultou em meses de espera sem contato ou reuniões. Além disso, a mudança de abordagem de um novo juiz, que transferiu a responsabilidade para os pais adotivos sem uma preparação adequada, trouxe dificuldades.

A falta de sensibilidade de alguns profissionais no sistema de garantia dos direitos, incluindo a decisão do psicólogo do judiciário de pedir exoneração devido à condução inadequada nos processos, também foi um desafio evidente na vivência de Daiana. Embora tenha expressado solidão e desafios em seu trabalho, a participante ressaltou a importância de perseverar em prol do bem-estar das crianças e famílias atendidas, enfatizando que a adoção se trata do direito da criança de ter uma família e conhecer sua própria história de vida. Esse sentimento de indignação com a insensibilidade de alguns profissionais, mas, ao mesmo tempo, esse desejo em perseverar pelo bem-estar das crianças, ficou explícito quando Daiana falou:

[...] que é sobre a falha e a falta de sensibilidade de alguns profissionais que fazem parte do sistema de garantia dos direitos em compreender a importância desse processo. Então, você vê que são várias histórias de vida. A história de vida desses pais que têm o sonho de ter um filho, dessa bebê que tem o direito de ter uma família, porque a adoção não é sobre o direito de ter filhos, mas sobre o direito de ter uma família. E trata-se da história dela, do direito que ela tem de ter uma família e de conhecer sua própria história de vida.

Sobre a falta de vínculo entre os adotantes e a equipe técnica, tanto do acolhimento quanto do judiciário, conforme citado acima, encontramos alguns estudos que abordam sobre a importância de construir a confiança com os avaliadores de adoção, sendo essencial para que os candidatos não vejam o processo como um obstáculo, uma vez que frequentemente precisam compartilhar experiências difíceis de seu passado (SILVA *et al.*, 2010).

Diante do exposto, as experiências compartilhadas nas entrevistas abordam diversos aspectos do processo de adoção, destacando desafios e potencialidades. A adoção tardia é apontada como desafiadora, devido às expectativas dos adotantes e à resistência dos adolescentes e crianças mais velhas, enquanto a adoção de bebês pode ser mais tranquila quando

há empatia instantânea. Casos envolvendo irmãos no acolhimento ressaltam a importância de manter vínculos familiares sempre que possível.

As entrevistas destacam a complexidade do processo de adoção, enfatizando a importância de levar em consideração as necessidades das crianças, apoiar os pais adotivos e superar desafios burocráticos e de comunicação para garantir o bem-estar das crianças e famílias envolvidas. Nesse sentido, expõem a importância da agilidade nos processos legais e a comunicação eficaz como fundamentais para garantir o sucesso do processo de adoção e o cuidado adequado das crianças em situação de vulnerabilidade.

As falas de todas as entrevistadas também apontam para a necessidade de sensibilidade e flexibilidade no sistema de adoção, reconhecendo que cada caso é único e demanda uma abordagem personalizada.

5.2.2 As repercussões do acolhimento institucional na subjetividade das crianças e adolescentes

Com relação às repercussões do acolhimento institucional na subjetividade de crianças e adolescentes, as participantes Larissa, Vanessa e Jade compartilharam que a experiência de acolhimento institucional e sua duração variável impactam profundamente na subjetividade das crianças e adolescentes envolvidos. Relataram que a falta de consistência e padronização nos processos de preparação de casais interessados em adoção, sendo observado diferentes abordagens de treinamento em comarcas distintas, pode afetar a qualidade da preparação destes pretendentes e potenciais futuros pais, corroborando para o processo de devolução de crianças e/ou adolescentes adotados.

Sobre o impacto nos aspectos emocionais das crianças institucionalizadas, a psicóloga Larissa relatou o seguinte: “[...] no Acolhimento é diferente, não tem o mesmo afeto que a família tem, essa proximidade, ficar mais no colo. Cada hora é uma pessoa que cuida, então isso faz muita diferença”. Nesse sentido, percebe-se a importância do afeto e da continuidade de cuidados em um ambiente familiar em contraste com o ambiente de acolhimento, que muitas vezes é mais impessoal, podendo afetar de forma significativa a criança.

Vanessa, Assistente Social, também ressaltou impactos na subjetividade da criança relacionados ao funcionamento da instituição:

[...]na Casa de Acolhimento, são várias pessoas, várias personalidades e, isso não faz bem. E até porque, ali é uma equipe técnica. Então por mais que a gente dê atenção, que a gente dê cuidado, não é o carinho que uma família pode dar, então isso faz muita falta. [...] isso mexe na vida toda da criança né. Não é só na parte psicológica, mas até na parte física, no desenvolvimento de tudo. Então isso gera mais ansiedade na gente e nas crianças de ficarem tanto tempo, porque a gente sabe que é prejudicial.

Já, a Assistente Social Jade, compartilhou sua perspectiva sobre a institucionalização de crianças e as consequências que isso pode acarretar:

Eu acho que a institucionalização é algo que traz rebatimentos na vida de uma criança. Né? E a instituição, por melhor que seja, [...] pelo que a gente ouve de história de outros lugares, não é? Acho que é um acolhimento que tem uma relação afetiva com as crianças, não é? É, eu acho realmente acolhedor. É, mas, não deixa de ser uma Instituição?

Percebe-se que os relatos das psicólogas Daiana e Monique oferecem insights sobre os impactos do acolhimento institucional na subjetividade das crianças, destacando aspectos emocionais e psicológicos importantes a serem considerados. E uma das perspectivas levantadas por Daiana é a demora no processo de adoção, que pode ter consequências profundas na vida das crianças em acolhimento. Como mencionado, algumas crianças passam anos nesse ambiente, sem o contato frequente com uma família. Essa incerteza quanto ao futuro e a ausência de uma ligação familiar sólida podem gerar sentimentos de ansiedade, frustração e confusão nas crianças. Sua subjetividade é moldada pela espera constante e pela sensação de que sua vida está suspensa, o que pode impactar seu desenvolvimento emocional. Ao mencionar um caso, a Psicóloga demonstrou essa preocupação e angústia quanto ao tempo da criança no acolhimento:

Uma criança de 2 anos aguarda pela boa vontade da justiça, e ela vai ter a comemoração da festinha de aniversário dela, porque ela tem direito, né! Mas quando foi postado esse convite eu tive uma crise de ansiedade, porque quando eu olhei e vi que dois anos da vida dela, foram os 2 anos dela ali. E ela está crescendo num abrigo! Ela está tendo as primeiras experiências de vida dela dentro do Serviço. E esse local pode ser o melhor, mas nunca vai tomar o lugar de uma família, né! Então, o máximo que a gente pode personalizar o atendimento e considerar as singularidades deles, a gente faz.

Somado a isso, a falta de cumprimento de prazos e a burocracia no sistema de adoção também podem agravar a situação. A sensação de impotência e a percepção de que suas vidas estão nas mãos do judiciário podem ter efeitos adversos na autoestima e autoconfiança das crianças. Elas podem se sentir negligenciadas e desvalorizadas, o que afeta sua percepção de si mesmas e de seu lugar no mundo.

Sobre os impactos da instituição de acolhimento nos aspectos subjetivos das crianças, alguns estudos de Siqueira e Dell'Aglio (2017) e Lemos *et al.* (2006), reconhecem em seus resultados as dificuldades que podem surgir em contextos desafiadores, como a vivência em instituições de acolhimento, e a importância de criar ambientes propícios ao desenvolvimento de vínculos afetivos. A necessidade de considerar o contexto familiar, a qualidade da assistência, garantir que cuidadores recebam apoio e que as instituições estejam integradas a uma rede de suporte emocional e social para promover o crescimento saudável de crianças e adolescentes em circunstâncias desafiadoras.

Com relação a vivência institucional, Siqueira e Dell'Aglio (2017) abordam que alguns estudos apontam prejuízos ao desenvolvimento de crianças e adolescentes em instituições de acolhimento, enquanto outros indicam que a instituição pode ser uma alternativa positiva, especialmente quando o ambiente familiar é disfuncional. O texto também ressalta que após o surgimento do ECA, reflete-se a busca por melhores condições de trabalho das equipes nas instituições e integrar essas instituições à rede de apoio social e afetivo para o desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes.

Lemos *et al.* (2006) destacam as dificuldades que podem prejudicar o estabelecimento de vínculos afetivos. Eles mencionam a escassez de atividades que promovam a interação entre as crianças ou adolescentes, o excesso de atividades domésticas e a falta de preparação das mães sociais para desempenhar seu papel. Porém, o estudo também enfatiza que, apesar dessas dificuldades, é possível a formação de vínculos afetivos nesse contexto.

Para a criança, ter um olhar voltado para seu desenvolvimento e necessidades, se faz crucial, fato contemplado na fala da Assistente Social Paula, que completou dizendo "A gente não pode ficar só na seara do olhar o processo, eu acho que a gente precisa olhar mais a criança e não o processo família. O último interesse na minha perspectiva, é o melhor interesse da criança, que deveria ser o primeiro."

O preparo dos casais pretendentes à adoção foi outro ponto discutido como sendo importante, conforme destacado por Monique:

Há preferência por crianças de faixas etárias específicas e as expectativas em relação à adoção podem influenciar diretamente as crianças em acolhimento. Quando as crianças percebem que são escolhidas com base em critérios rígidos ou que suas características não atendem às expectativas dos pais adotivos, isso pode abalar sua autoestima e identidade. Elas podem se questionar se são dignas de amor e cuidado, afetando profundamente sua subjetividade.

Por fim, o desafio pós-adoção, mencionado nas perspectivas das técnicas, destaca como os comportamentos imprevistos das crianças podem ter impactos na subjetividade. A

possibilidade de ser devolvido ao sistema de acolhimento, se não atender às expectativas dos pais adotivos, pode gerar sentimentos de rejeição e insegurança nas crianças. Isso pode levar a um ciclo de dificuldades emocionais e de comportamento, afetando a forma como percebem a si mesmas e suas relações com os outros.

Em resumo, os relatos apontam para os impactos profundos do acolhimento institucional na subjetividade das crianças. A incerteza, a demora no processo de adoção, as preferências dos pais adotivos e os desafios pós-adoção podem moldar suas percepções de si mesmas, de suas relações e do mundo ao seu redor. Portanto, é essencial abordar essas questões de forma sensível e cuidadosa, visando promover o desenvolvimento saudável e o bem-estar emocional das crianças em acolhimento.

Em um estudo realizado por Espindola *et al.* (2019), para verificar se a adoção seria uma solução para minimizar o problema da institucionalização de crianças e adolescentes, eles analisaram dois sistemas, um com dados sobre os cadastros no Sistema Nacional de Adoção (SNA) e outro com informações sobre o perfil de crianças acolhidas em instituições.

Na análise teórica, eles reuniram alguns autores que trazem relatos como o fato de crianças que crescem em uma instituição tem uma perda de autonomia e vontade própria, visto que nestes lugares as atividades e decisões são feitas em benefício da coletividade. Coletaram também que o fato das crianças serem cuidadas por diversas pessoas, não tendo uma figura estável de cuidado, pode ser prejudicial para o desenvolvimento. E por fim, concluíram que a adoção, ainda que não sendo uma solução, mas devendo ser uma medida excepcional, se mostra como uma oportunidade de renovar a esperança de algumas crianças/adolescentes acolhidos.

5.2.3 Apontamentos em relação ao processo de habilitação de pessoas e/ou casais

As análises a seguir, abordaram aspectos fundamentais do processo de habilitação de pessoas ou casais para adoção, revelando que a adoção é uma jornada complexa e variável, com múltiplos fatores a serem considerados. Uma observação recorrente que a psicóloga Larissa trouxe é a diversidade das abordagens adotadas em diferentes regiões ou comarcas na habilitação de casais para adoção: “Nós estávamos fazendo uma capacitação sobre adoção e eles falavam que, por exemplo, os casais têm que passar pelos grupos, porém, tem lugares que acontece apenas um encontro, tem lugares que são 3 e varia, então muda muito isso”.

Quanto ao acesso a cursos preparatórios para casais, Barros e Ribeiro (2021) apontam em seus estudos que existe, de fato, uma desigualdade no acesso a recursos de preparação para a adoção, dependendo da região geográfica. Assim, os pais que não têm acesso

a cursos preparatórios acabam buscando informações e orientações por conta própria, através de recursos disponíveis na internet, como livros, artigos e vídeos, o que se apresenta como uma maneira de equilibrar as chances de sucesso na adoção entre famílias bem-preparadas e aquelas que não tiveram acesso a treinamento formal.

A Assistente Social Vanessa, enfatizou a importância de uma preparação mais sólida para os candidatos à adoção, a fim de desconstruir a noção simplista de que adotar se resume a um ato benevolente. A adoção, segundo ela, envolve aceitar um filho com todas as suas singularidades, qualidades e imperfeições, conforme ela disse: "É você ter um filho, ter de verdade né, com todos os defeitos e qualidades, é ter" (sic).

Paula destacou várias preocupações relacionadas ao processo de habilitação de pessoas ou casais para adoção. Apontou que esse processo muitas vezes é realizado de forma superficial e inadequado, não atendendo adequadamente às necessidades e complexidades da adoção. Muitos casais que desejam adotar começam com expectativas elevadas, que geralmente diminuem à medida que compreendem as complexidades e desafios envolvidos na adoção. Além disso, destacou que a revisão protocolar de cadastros é comum, mas falta acompanhamento contínuo para apoiar os casais ao longo de sua jornada de espera até a adoção.

As participantes Valentina e Paula ressaltaram a importância de projetos que ofereçam apoio contínuo à preparação dos casais, reconhecendo que a adoção é uma jornada em constante evolução. Mencionam casos de casais que inicialmente desejavam bebês, mas que mudaram de ideia ao serem apresentados a crianças mais velhas ou com necessidades especiais, enfatizando a importância de manter uma mente aberta no processo de adoção, o que pode agilizar o processo, por abranger o perfil solicitado.

A participante Valentina enfatizou para um processo de preparação mais contínuo e a necessidade de tempo para que os casais definam seus perfis de adoção de maneira apropriada. A participante também expressou a percepção de que o sistema de adoção requer um trabalho mais consistente e contínuo para preparar eficazmente os casais interessados em adotar.

Uma das principais preocupações apontadas pela Psicóloga Paula foi a aparente superficialidade do processo de habilitação, que muitas vezes não consegue atender adequadamente às necessidades e complexidades envolvidas na adoção. Muitos futuros pais adotivos iniciam essa jornada com expectativas elevadas, que frequentemente são reduzidas à medida que compreendem os desafios que podem enfrentar. Esse processo, por vezes, carece de um apoio contínuo na preparação dos casais.

Além disso, as técnicas enfatizaram a importância dos casais de manter uma mente aberta ao longo do processo de adoção. Preferências iniciais por bebês podem se transformar quando casais são apresentados a crianças mais velhas ou com necessidades especiais. Flexibilidade e sensibilidade a essas mudanças são fundamentais para garantir a compatibilidade entre pais adotivos e crianças.

Daiana apontou que o processo de habilitação para adoção é desafiador e complexo, conforme destacado por técnicos e psicólogas que trabalham diretamente com ele. Ressaltou a necessidade de uma abordagem mais sensível e flexível. Além disso, a importância de manter uma mente aberta em relação às preferências e necessidades das crianças foi destacada, juntamente com a complexidade das relações entre crianças e suas mães biológicas.

Sobre os critérios de adoção, o estudo de Barros e Ribeiro (2021) contribui para a reflexão a partir da experiência de um casal em preparação para adoção, que considerou os grupos de apoio à adoção como recursos valiosos para o processo de adoção. Isso se deve ao fato de que esses grupos forneceram informações que auxiliam a família a compreender as complexidades da adoção, além de permitir que compartilhem suas preocupações e receios. Isso tornou os desafios envolvidos no processo de adoção uma parte mais natural e gerenciável da experiência.

Em seu estudo sobre a habilitação para adoção, Silva *et al.* (2020) trouxeram uma definição geral que chama atenção:

A adoção é uma forma de estabelecimento de relações de paternidade e de maternidade entre pessoas sem vínculos consanguíneos. Tem por objetivo primordial a inserção de uma criança em uma unidade familiar, quando a família biológica não tem como prover as condições necessárias ao seu desenvolvimento.

Essa contribuição literária, com uma definição geral do objetivo da adoção, nos leva a pensar quão importante é o processo de preparação, para que estes futuros pais consigam estabelecer este vínculo e proporcionar para estas crianças e adolescentes aquilo que elas têm garantido em lei, mas que por certo tempo foi negado por sua família biológica.

Ainda de acordo com Silva *et al.* (2020), existe uma determinação contida no Estatuto da Criança e do Adolescente em relação ao processo de habilitação para adoção, ou seja, dizendo que, obrigatoriamente, aqueles que desejam ser pais pela via da adoção devem passar por ele. No entanto, não existe uma orientação criteriosa sobre como o processo deve ocorrer. E isto nos leva a fazer uma ligação com o que foi trazido pela Psicóloga Larissa, que enfatizou que o processo de habilitação é bastante diverso, de acordo com a comarca, sendo que em cada uma existe um número de reuniões, podendo até ser uma única reunião em alguns

casos. Além disso, vale destacar que essa contribuição da literatura também corroborou com a fala da Psicóloga Paula, que relatou se preocupar pelo fato do processo ser algo bastante superficial, que não abrange a complexidade do que é uma adoção.

Em suma, o processo de adoção é multifacetado e requer abordagens sensíveis e individualizadas. Cada caso é único, e a empatia, a sensibilidade e o compromisso com o bem-estar das crianças são fundamentais para navegar pelas complexidades dessa jornada. A conscientização sobre essas questões e o aprimoramento do processo de habilitação são passos importantes para garantir um lar amoroso e estável para todas as crianças que anseiam por uma família.

5.2.4 A atuação em casos de devolução de crianças e adolescentes

As Assistentes Sociais Vanessa e Jade, compartilharam suas perspectivas sobre a questão da devolução de crianças e adolescentes em contextos de adoção e acolhimento, pois afirmaram não ter vivenciado casos de devolução durante suas carreiras. Vanessa observou que, embora não tenha lidado diretamente com devoluções, está envolvida em casos em que adolescentes retornam ao sistema de acolhimento após uma aproximação com suas famílias extensas, em vez de adoções. Destacou a importância do técnico considerar as complexas dinâmicas familiares e os laços de parentesco ao buscar soluções que não envolvam a adoção.

Jade atribui sua falta de experiência com casos de devolução a uma autonomia técnica que pôde exercer em sua instituição. Destacou a importância da capacitação e da independência profissional na prevenção de devoluções. A capacidade de tomar decisões técnicas e trabalhar de forma autônoma, juntamente com uma abordagem sensível às necessidades das crianças e famílias, desempenhou um papel fundamental na manutenção da estabilidade das adoções e acolhimentos em que esteve envolvida.

A psicóloga Larissa contribui para a discussão enfatizando a necessidade de estudar e padronizar abordagens de habilitação de acordo com as diferentes regiões do Brasil. Ela destacou a importância da preparação adequada dos pretendentes à adoção como um meio de reduzir as chances de devolução. Larissa também enfatiza a necessidade de uma equipe interdisciplinar, incluindo psicólogos e assistentes sociais, para alinhar as expectativas dos adotantes com a realidade da adoção e fornecer apoio psicológico. Essa opinião fica explícita em sua fala:

Eu acho que deveria ser melhor estudado e padronizado, porque necessita ter esse arcabouço técnico mesmo, porque senão cada um fica de um jeito. Eu acho que realmente precisa desse trabalho, principalmente quando aceitam crianças mais velhas

e adolescentes, para que não haja devolução, porque você estando melhor preparado eu acho que diminui as chances de ter as devoluções.

Em resumo, as perspectivas de Vanessa, Jade e Larissa ressaltaram a complexidade da questão das devoluções em casos de acolhimento e adoção. Elas demonstraram que a prevenção de devoluções requer abordagens variadas, considerando fatores como relações familiares, autonomia profissional e preparação adequada. Cada perspectiva contribuiu para uma compreensão mais completa dessa questão sensível e desafiadora.

A abordagem da psicóloga Paula e da psicóloga Monique trazem luz a uma realidade dolorosa e complexa envolvendo a devolução de crianças e adolescentes em adoções. Paula enfatizou que a devolução é um assunto crítico e angustiante, baseada em sua experiência acompanhando vários casos dessa natureza. Ela chamou atenção para a frequência com que essa situação ocorre, especialmente na vida das crianças mais velhas, causando impactos profundos. Nesse sentido, Paula deixou claro sua angústia:

Ele está adotando uma criança que passou por várias vulnerabilidades e que, se não fosse por isso, não estaria aqui. (...) Eu sinto dizer, mas às vezes, em alguns casos, quando uma criança é adotada por outra família, isso gera angústia. Você pensa, que família virá? E será que essa família está preparada para lidar com todas as necessidades dessa criança? O que costumava ser visto como uma oportunidade para a criança ser cuidada e desejada está se transformando em algo diferente. Como será essa nova família? E ainda há o medo de que eles possam devolver a criança.

Um dos pontos críticos destacados por Paula é a influência das expectativas equivocadas dos pais adotivos na decisão de devolver uma criança. Muitos esperam que seus filhos adotivos sejam "perfeitos, sem traumas ou cicatrizes emocionais". Paula enfatizou a importância de reconhecer que, mesmo bebês, têm suas próprias histórias e vulnerabilidades, e essas devem ser compreendidas e respeitadas. Sobre essa preocupação, Paula destacou que:

Em alguns casos, quando tentamos conversar com a família adotante, eles nem aparecem para conhecer a criança. Tenho a impressão de que eles pensam que estou falando mal da criança, mas não é isso. Preciso ser realista e verdadeira com essa família, pois é minha responsabilidade (Paula, psicóloga).

Além disso, Paula ressaltou a importância da preparação e conscientização das famílias adotantes. Algumas delas podem não estar adequadamente preparadas para lidar com as necessidades especiais das crianças adotadas. As ilusões e expectativas frequentemente não correspondem à realidade dos perfis das crianças disponíveis para adoção.

Paula compartilhou um relato doloroso de uma família que devolveu uma criança após 9 anos de convivência, destacando a ausência de penalidades legais nesses casos. Como

medida de apoio, a instituição em que atua se esforça para minimizar os impactos emocionais causados nas crianças, avaliando a pertinência das interações e encaminhando crianças para psicoterapia quando necessário. O objetivo principal é fornecer cuidado e apoio às crianças, reconhecendo a dolorosa realidade da devolução.

Por outro lado, Monique enfatizou a necessidade de compreender as consequências da devolução de crianças adotadas. Ela observa que, após a devolução, a instituição oferece a possibilidade de solicitar pensão, embora não haja sanções legais contra a família adotiva. Entretanto, Monique destacou as dificuldades relacionadas ao atendimento psicológico pós-devolução, devido à escassez de profissionais na rede de saúde mental. Ela também ressaltou que levar a criança para o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) pode resultar em diagnósticos inadequados.

Ambas as perspectivas evidenciam a complexidade da devolução de adoção e a necessidade de abordagens sensíveis e individualizadas. Ambas as profissionais destacaram a importância de compreender as necessidades e vulnerabilidades das crianças adotadas e de preparar adequadamente as famílias adotantes para os desafios que podem surgir nesse processo. Além disso, reconheceram a importância de apoiar emocionalmente as crianças após a devolução e respeitar a singularidade de cada caso. É evidente que a devolução é um tema doloroso e angustiante que requer atenção cuidadosa e compreensão profunda.

Já a psicóloga Valentina, ressaltou que, em muitos casos, a devolução ocorre quando os pais adotivos enfrentam mudanças significativas em suas vidas que podem não ter sido previstas quando se cadastraram para adotar. Essas mudanças podem afetar a dinâmica da família e, em alguns casos, levar à decisão de devolver a criança. Ela destacou que as mudanças na relação dos pais adotivos, como divórcios ou outros eventos significativos, também podem desencadear a devolução. A pressão na criança por responder às expectativas da família adotiva e a falta de compreensão dos pais sobre os desafios envolvidos na adoção podem ser fatores determinantes.

A psicóloga compartilhou um exemplo de um caso de devolução que ilustra o impacto dessas expectativas elevadas, quando relatou:

Uma menina de aproximadamente 8 anos foi adotada por uma família que tinha grandes planos para seu futuro, esperando que ela se tornasse poliglota e matriculando-a em várias escolas de idiomas, incluindo uma escola particular de alta qualidade. No entanto, a criança enfrentou dificuldades acadêmicas e emocionais devido à pressão para atender às expectativas da família adotiva. Isso se tornou insuportável para ela, levando à sua devolução à instituição de acolhimento. Eventualmente, a menina encontrou uma nova família que melhor atendia às suas necessidades.

Valentina também sugeriu medidas para lidar com a devolução, como a possibilidade de exigir que os pais adotivos que devolvem uma criança, paguem pela terapia da criança, já que a devolução pode causar instabilidade emocional e traumas. Ela argumentou que uma lei poderia ser implementada para conscientizar os adultos sobre os desafios da adoção antes de seguir adiante com o processo, contribuindo assim para minimizar as devoluções.

A psicóloga Daiana ofereceu uma perspectiva valiosa sobre a prevenção de devoluções em casos de adoção, apesar de não ter vivenciado diretamente esses processos. Ela destacou a importância de reorganizar o processo de acompanhamento e preparação, visando reduzir a alta incidência de devoluções.

Daiana ressaltou que um ponto crucial é a avaliação cuidadosa dos candidatos à adoção, iniciando com a pergunta fundamental: “Por que eu quero adotar?” Essa reflexão é essencial para garantir que os futuros pais estejam preparados para as complexidades envolvidas na adoção. Uma das principais preocupações de Daiana é a incompatibilidade entre a realidade da criança adotada e as expectativas dos pais adotivos, que muitas vezes é um fator contribuinte para as devoluções. Ela enfatizou que é fundamental reconhecer que as crianças adotadas têm histórias de vida, personalidades e desejos próprios, e a preparação deve incluir a reflexão profunda sobre as motivações dos pais adotivos.

Além disso, Daiana destacou a necessidade de fornecer apoio contínuo aos pais adotivos após a adoção, para ajudá-los a enfrentar os desafios da parentalidade. Advertiu a visão da adoção como uma solução para preencher vazios emocionais nos pais adotivos, enfatizando que isso pode levar a expectativas não realistas e, por fim, há rupturas nos vínculos familiares.

Daiana também chamou a atenção para o fato de que nem todas as crianças destituídas de suas famílias biológicas foram abandonadas; suas histórias de vida são frequentemente complexas e podem desencadear a destituição do poder familiar. Portanto, é fundamental que o acompanhamento seja cuidadoso e subjetivo, levando em consideração a complexidade das circunstâncias envolvidas. Por fim, ela destacou a importância da preparação, avaliação e apoio adequados, bem como da sensibilidade dos profissionais em lidar com as singularidades de cada caso de adoção. Suas observações ressaltaram a complexidade das histórias de vida e das relações familiares envolvidas nesse processo, destacando a necessidade de um enfoque holístico e individualizado na prevenção de devoluções.

As técnicas entrevistadas destacaram a necessidade de preparação adequada dos pais adotivos, enfatizando a importância de expectativas realistas, apoio contínuo após a adoção e abordagens sensíveis às singularidades de cada caso para prevenir devoluções após adoção. A reflexão sobre as motivações para a adoção e o reconhecimento das complexidades

envolvidas são cruciais. A sensibilidade e a autonomia técnica também desempenham um papel fundamental. Contudo, a prevenção de devoluções exige uma abordagem abrangente e personalizada, com o foco principal no bem-estar das crianças adotadas.

O momento de preparação para adoção deve se assemelhar ao momento de espera por um filho biológico, momento em que são geradas expectativas, busca-se formas de assimilar o lugar afetivo que esse filho irá ocupar. Os esforços dos pretendentes devem ir além de apenas aspectos jurídicos, mas também os aspectos psicológicos e físicos que a chegada de um filho demanda. Além disso, é importante salientar que a intencionalidade na adoção não deve ser de origem caritativa ou incapacidade de uma geração por vias biológicas (ROSSATO; FALCKE, 2017).

A partir das contribuições teóricas citadas acima, é possível compreender que o processo de preparação para adoção deva conter recursos para abranger todas essas demandas que a adoção apresenta, para que os casos de devolução pós adoção sejam excluídos ou ao menos amenizados.

De acordo com Levinzon (2017, p. 228), em sua resenha que "O conceito de devolução não é reconhecido pela justiça. Segundo a lei, a adoção é irrevogável e, portanto, devolver a criança adotiva é considerado abandoná-la, da mesma forma como ocorre com um filho biológico". No entanto, é possível perceber que a realidade não condiz com a lei, visto que, de acordo com o relato de algumas profissionais entrevistadas, como a psicóloga Valentina, que traz o relato de uma menina de 8 anos que foi devolvida após ter sido adotada e não ter suprido as expectativas dos pais. Também a assistente social Paula comentou que "A devolução de adoção acontece com frequência e pode ser devastadora para a criança." Ela relata o caso que acompanhou, de uma criança que foi devolvida após 9 anos de convivência com a família substituta.

Em resumo, as perspectivas compartilhadas pelas técnicas, destacam a necessidade de uma abordagem abrangente e personalizada na prevenção de devoluções após a adoção, com um foco central no bem-estar das crianças adotadas. A reflexão sobre as motivações para a adoção, a compreensão das complexidades envolvidas e o suporte contínuo são elementos-chave para criar ambientes estáveis e amorosos para as crianças adotadas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral deste estudo foi compreender o processo de preparação para adoção de crianças/adolescentes na perspectiva de profissionais da equipe técnica de acolhimento institucional. Para alcançar esse objetivo, foram estabelecidos objetivos específicos que envolvem a avaliação dos desafios e potencialidades encontrados nesse processo, bem como a compreensão das perspectivas dos profissionais acerca dos impactos e repercussões na subjetividade das crianças/adolescentes em processo de adoção. Esses objetivos específicos juntos proporcionaram uma visão abrangente e detalhada da preparação para adoção, considerando tanto as práticas dos profissionais como as experiências das crianças e adolescentes envolvidos.

Com relação às perspectivas das participantes sobre os desafios e potencialidades no processo de adoção, elas destacaram a dificuldade da adoção tardia, onde as expectativas dos adotantes e as resistências dos pais velhos podem criar desafios significativos, embora a motivação genuína para a adoção é ressaltada como essencial, evitando motivações baseadas em caridade ou idealização. As relações entre irmãos e as complexas dinâmicas familiares foram também reconhecidas como pontos críticos, bem como a importância de lidar com as expectativas irreais dos adotantes.

Outro ponto destacado foi a diversidade na adoção, incluindo crianças com deficiência, que foi uma experiência considerada positiva, embora desafios burocráticos e a falta de informações sobre as famílias adotivas sejam mencionados. A necessidade de sensibilidade dos profissionais envolvidos foi destacada, com ênfase na importância de priorizar o bem-estar das crianças e famílias. A reflexão sobre o tempo que as crianças passam em acolhimento destaca a complexidade do processo e a importância de considerar a individualidade de cada caso. Por fim, a existência de um prazo para revisão dos casos de acolhimento foi considerada benéfica, mas não uma solução única, enfatizando a necessidade de abordar cada situação de forma flexível e sensível, com foco no bem-estar da criança em busca de um lar amoroso e estável.

Já, a experiência de acolhimento institucional e sua variável duração foram apontadas como impactantes na subjetividade de crianças e nos adolescentes, afetando sua saúde emocional e psicológica. A falta de padronização nos processos de preparação de casais interessados em adoção pode comprometer a qualidade da preparação e contribuir para devoluções de crianças adotadas. A ausência de afeto e continuidade de cuidados no ambiente institucional afeta o desenvolvimento emocional das crianças, deixando-as ansiosas e

emocionalmente fragilizadas. Além disso, a demora no processo de adoção, a incerteza sobre o futuro e a falta de uma ligação familiar sólida moldam a subjetividade das crianças em acolhimento. O desafio pós-adoção, incluindo a possibilidade de retorno ao sistema de acolhimento, pode gerar sentimentos de rejeição e insegurança, afetando a autoestima e a identidade das crianças.

As perspectivas das profissionais que trabalham com adoção destacam a importância de uma preparação adequada dos pais adotivos, com ênfase na necessidade de uma reflexão profunda sobre suas motivações e na preparação para as complexidades envolvidas na adoção. A compreensão das histórias e traumas das crianças adotadas é considerada crucial, assim como a adaptação para expectativas realistas, visto que expectativas irreais muitas vezes resultam em devoluções. Além disso, foi ressaltada a necessidade de apoio contínuo para os pais adotivos após a adoção, incluindo assistência psicológica e orientação para lidar com as necessidades específicas das crianças adotadas.

As participantes enfatizaram a complexidade do processo de habilitação para adoção, ressaltando a necessidade de uma análise crítica devido às variações regionais e à falta de padronização. A igualdade de oportunidades e uma melhor capacitação para todos os candidatos são consideradas cruciais, especialmente devido à desigualdade no acesso a recursos de preparação. A preparação sólida e realista dos futuros pais adotivos é vista como essencial, dada a superficialidade e inadequação do processo atual, que muitas vezes cria expectativas iniciais elevadas que diminuem à medida que os desafios da adoção são compreendidos. A flexibilidade e a sensibilidade dos candidatos são destacadas, uma vez que suas preferências iniciais podem mudar ao conhecerem diferentes crianças, enfatizando a importância de manter uma mente aberta durante o processo.

As profissionais destacaram ainda a importância da sensibilidade e autonomia técnica, reconhecendo a singularidade de cada caso e a complexidade das histórias de vida das crianças adotadas, que muitas vezes envolvem negligências, rejeição e violência. Conscientização sobre os desafios da adoção, padronização de processos em diferentes regiões e colaboração interprofissional foram destacados como elementos-chave na redução das devoluções e no fornecimento de apoio psicológico às crianças e famílias envolvidas.

Contudo, pode-se perceber que as perspectivas das participantes, ao longo das diversas categorias abordadas, convergem de maneira marcante para enfatizar a importância fundamental de dar voz e participação ativa às crianças no processo de adoção. Isso não apenas proporciona uma compreensão mais abrangente e sensível de suas necessidades individuais, mas também ressalta a necessidade urgente de estudos adicionais que se concentrem na

subjetividade das crianças nesse contexto específico. Portanto, este estudo não apenas destaca a relevância desse aspecto, mas também instiga a promoção de futuras pesquisas dedicadas a explorar mais profundamente as experiências das crianças no âmbito do processo de adoção.

REFERÊNCIAS

- ARIÈS, Philippe. As idades da vida. *In*: ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2022. cap. 1. p. 3-30.
- ARIÈS, Philippe. Os dois sentimentos da infância. *In*: ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2022. p. 179-190.
- ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2022.
- BARROS, Juliana F. DE.; RIBEIRO, Priscila W.; SOUZA, Lorena DE F. Os Aspectos Psicológicos da Criança e do Adolescente na Adoção Tardia. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 41, n. spe3, n.p, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003215129>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/RjXcmQPCGBqrVBRrP8C7BHz>. Acesso em: 12 out. 2023.
- BOGDAN, Robert; BIKLEN, Steven. **Investigação qualitativa em educação**: Uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994. Disponível em: <https://ria.ufrn.br/jspui/handle/123456789/1119>. Acesso em: 11 mar. 2023.
- BRAGA, D. de A. R. A infância como objeto da história: Um balanço historiográfico. **Revista Angelus Novus**, [s. l.], n. 10, p. 15-40, 2016. DOI: 10.11606/ran. v0i10.123935. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ran/article/view/123935>. Acesso em: 20 out. 2023.
- BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Brasília, 2012. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 20 out. 2023.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 24 mar. 2023.
- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm. Acesso em: 24 mar. 2023.
- BRASIL. **Lei nº 12.010 de 03 de agosto de 2009**. Lei de Convivência Familiar e Comunitária. Lei Nacional de Adoção. Brasília: Senado Federal, 2009.
- BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome**. Serviços de Acolhimento para Crianças, Adolescentes e Jovens, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/assistencia-social/unidades-de-atendimento/servicos-de-acolhimento-para-criancas-adolescentes-e-jovens>. Acesso em: 16 de set. 2023.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Orientações Técnicas**: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. 2. ed. Brasília: MDS, 2009. Disponível em:

https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes-tecnicas-servicos-de-alcolhimento.pdf. Acesso em: 21 out. 2023.

CAMPANHA-ARAÚJO, I. C.; NASCIMENTO, C. R. R. A construção do projeto adotivo em uma via de mão dupla. **Psicologia em Estudo**, [s.l.], v. 27, 16 mar. 2022. DOI: 10.4025/psicoestud. V.27i0.48853. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/PsicolEstud/article/view/48853>. Acesso em: 12 out. 2023.

CHAMBOULEYRON, Rafael. Jesuítas e as Crianças no Brasil Quinhentista. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das Crianças no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2018. p. 55-83.

DEL PRIORE, Mary (org.). O cotidiano da criança livre no Brasil entre a Colônia e o Império. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das Crianças no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2018. p. 84-106.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. **Handbook of Qualitative Research**. Thousand Oaks: SAGE, 1994. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=12010&ano=2009&ato=22cUTVU90dVpWT28f#:~:text=DISP%C3%95E%20SOBRE%20ADO%C3%87%C3%83O%3B%20ALTERA%20AS,DE%201%C2%B0%20DE%20MAIO>. Acesso em: 21 out. 2023.

ESPINDOLA, Sandro P.; VIANA, Marcos B.; OLIVEIRA, Maria Helena B. de. Crianças e adolescentes acolhidos no estado do Rio de Janeiro: a adoção é a solução? **Saúde em Debate**, [s. l.], v. 43, n. esp. p. 34–47, 4 dez. 2019. DOI: 10.1590/0103-11042019S404. Disponível em: <https://saudeemdebate.emnuvens.com.br/sed/article/view/3010>. Acesso em: 12 out. 2023.

FRASER, Márcia Tourinho Dantas; GONDIN, Maria Guedes. Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. **Paidéia**, São Paulo, v. 14, n. 28, p. 139-152, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2004000200004>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/paideia/a/MmkPXF5fCnqVP9MX75q6Rrd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 out. 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1991.
GOES, José de Roberto; FLORENTINO, Manolo. Crianças escravas, crianças dos escravos. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das Crianças no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2018. p. 177-191.

LEVINZON, Gina Khafif. Devolução de crianças adotadas um estudo psicanalítico. *Revista brasileira de psicanálise*, São Paulo, v. 51, n. 1, p. 228-230, mar. 2017. Disponível: [641X2017000100020&lng=pt&nrm=isso](https://doi.org/10.11606/issn1518-8787.2017000100020&lng=pt&nrm=isso). Acessos em: 23 out. 2023.

LIMA, Mariana Parro. A criança em Instituições de Acolhimento: O que dizem as pesquisas científicas. **Estud. psicol.** (Natal), Natal, v. 23, n. 3, p. 271-281, set. 2018. DOI: 10.22491/1678-4669.20180026. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413294X2018000300007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 27 mar. 2023.

LINS, Samuel Lincoln Bezerra *et al.* A compreensão da infância como construção sócio-histórica. **Revista CES Psicologia**, Medellín, v. 7, n. 2, p. 126-137, Dec. 2014. DOI: Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/cesp/v7n2/v7n2a10.pdf>. Acesso em: 20 out. 2023.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História social da criança abandonada**. 3. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2019.

MAUAD, Ana Maria. A vida das crianças de elite durante o Império. *In*: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das Crianças no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2018. p. 137-176.

MEDEIROS, Maria Paula Pereira. **Percepção de psicólogos e assistentes sociais sobre a separação de irmãos no contexto da adoção**. 2019, 31f. TCC (Graduação em Psicologia) - Universidade do Sul de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/16604/1/TccMariaPaulafinalizado.pdf>. Acesso em: 14 out. 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. 10. ed. São Paulo: HUCITEC, 2008.

ONU. Assembleia Geral das Nações Unidas. **Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança**. 1989. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>. Acesso em: 07 set. 2023.

PAPALIA, Diane E. **Desenvolvimento Humano**. 14. ed. Porto Alegre: Artmed, 2022.

RAMOS, Fábio Pestana. A história trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI. *In*: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das Crianças no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2018. p. 19-54.

ROSSATO, Jussara Glória; FALCKE, Denise. Devolução de crianças adotadas: uma revisão integrativa da literatura. **Revista SPAGESP**, Ribeirão Preto, v. 18, n. 1, p. 128-139, 2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702017000100010&lng=pt&nrm=iso. Acessos em: 23 out. 2023.

SAMPAIO, D. DA S.; MAGALHÃES, A. S.; MACHADO, R. N. Motivações para adoção tardia: entre o filho imaginado e a realidade. **Psicologia em Estudo**. [s.l.], v. 25, p. n.p, 2020. DOI: <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v25i0.44926>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/P93VKZpqBjD6HF8XngDgCjF/?format=pdf&lang=en>. Acesso em: 21 out. 2023.

SAMPAIO, Débora DA S.; MAGALHÃES, Andrea S. Temporalidade no Estabelecimento do Vínculo Parento-Filial em Adoções Malsucedidas. **Psicologia: Ciência e Profissão**, [s.l.], v. 43, p. n.p, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003247866>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/S9WqZ8YwXVvrrrSyzqL6Grm/>. Acesso em: 12 out. 2023.

SCARANO, Julita. Crianças esquecidas das Minas Gerais. *In*: DEL f, Mary (org.). **História das Crianças no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2018. p. 107-133.

SILVA, P. S. da *et al.* Critérios para Habilitação à Adoção segundo Técnicos Judiciários. **Psico-USF**, [s.l.], v. 25, n. 4, p. 603–612, out. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413/82712020250401>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psuf/a/LqG9HDZ7cjSzfLGwNfbbDJR/#>. Acesso em: 12 out. 2023.

SIQUEIRA, A. C.; DELL'AGLIO, D. D. O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão de literatura. **Psicologia & Sociedade**, [s.l.] v. 18, n. 1, p. 71–80, jan. 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822006000100010>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/Bn9x93pDbChZvrGwTvghPLn/>. Acesso em: 22 out. 2023.

SOUSA, Walter Gomes de. Adoção de irmãos: desafios e possibilidades. **Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDF**, 2018. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/artigos-discursos-e-entrevistas/artigos/2018/adocao-de-irmaos-desafios-e-possibilidades>. Acesso em: 22 out. 2023.

SOUZA, Maria DE L. N.; BRITO, Leila M. T. de.; MONTEIRO, Cláudia A. S. Adoção como Solução: o Cenário Atual no Brasil. **Psicologia: Ciência e Profissão**, [s.l.], v. 41, n. spe3, p. n.p, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003190115>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/5zPNdrVYhZt3kNLmrYJjrQM/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 20 out. 2023.

WEBER, Lidia Natalia Dobrianskyj. O psicólogo e as práticas de adoção. *In*: GONÇALVES, Hebe Signorini e BRANDÃO, Eduardo Ponte. **Psicologia Jurídica no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nau, 2011, p. 141-174.

APÊNDICE A – Formulário de dados sociodemográficos

Nome: _____

Data de Nascimento: _____ Idade: _____

Cor: _____ Estado Civil _____

Naturalidade: _____

Escolaridade _____

Profissão: _____

Tempo de formação: _____

Tempo que trabalhou/trabalha no acolhimento institucional: _____

Ativa () Afastada () Aposentada ()

APÊNDICE B - Roteiro de entrevista semiestruturada

Questões norteadoras para a entrevista semiestruturada.

Segue abaixo, as temáticas que serão abordadas e as suas respectivas questões:

1) Apresentação e Formação

- a) Dentre as atribuições e demandas de trabalho, existe algo que considere mais desafiador? Por quê? Fale um pouco sobre isso.

2) Experiência profissional e Atuação na área de Garantia de Direitos

- a) Sobre a sua formação profissional, conte um pouco sobre a questão dos recursos teóricos que recebeu, se hoje são base para sua atuação.
- b) Sobre a sua inserção na instituição de acolhimento. Se deu de forma planejada? Ou foi como uma oportunidade que decidiu agarrar e aprender durante a prática?

3) Vivência no campo da adoção

- a) Como foi para você a primeira experiência com o processo de adoção? Em termos da preparação das crianças, e na mediação do contato entre a criança ou adolescente e o casal habilitado à adoção.

4) Percepções profissionais

- a) Como você definiria o processo de habilitação de casais/pessoas para a adoção no Brasil? Conte um pouco sobre isso.
- b) Em relação à sua vivência com o processo de adoção. Existe algo, ou algum caso em específico que para você foi mais desafiador? Por quê?

5) Críticas e Sugestões

- a) Falando mais especificamente, do processo de adoção, em relação ao tempo determinado pelo ECA de que a criança deve ficar no máximo 2 anos em Acolhimento Institucional. Você vê esse prazo sendo cumprido na prática? E você acredita que esse tempo é pouco, suficiente ou exagerado? Fique à vontade para falar um pouco mais sobre a sua percepção.

- b) Qual a sua opinião em relação ao tempo de convivência dado pela Justiça, para que a criança/adolescente e adotante passem, até o processo de adoção ser concretizado.
- c) Para você, qual é o tempo mais adequado para a criança elaborar o luto em relação à família de origem e iniciar uma vinculação com a nova família?
- d) Em relação aos casos de devolução de crianças adotadas para as Instituições de Acolhimento. Vocês acreditam que alguma mudança na forma como ocorre o processo de adoção hoje poderia ao menos diminuir a incidência de tais casos? Quais? Fale um pouco sobre isso.
- e) Nesta instituição em que trabalha ou em outra que já tenha trabalhado, chegou a acompanhar um processo de devolução de uma criança adotada? Se sim, quais foram as medidas tomadas em relação ao bem-estar da criança ou adolescente diante dessa situação?

APÊNCIDE C – TCLE

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (coleta presencial)

Nome da Pesquisa: Adoção: a perspectiva de profissionais de acolhimento institucional

Pesquisadoras Isabela Cristina Abilio, Patrícia Helena Pereira Dias, Profa. Ma. Mayara Colleti

Telefone para contato: (16) 98196-1733

ESCLARECIMENTO AO PARTICIPANTE DA PESQUISA

• Que tipo de documento é esse?

Você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa que está sendo desenvolvida como trabalho de conclusão do curso de Psicologia do Centro Universitário Barão de Mauá. Este documento é o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) elaborado como um requisito ético para esclarecer a nossa pesquisa a você de forma detalhada. Após ler as próximas informações, você poderá escolher participar voluntariamente ou não da nossa pesquisa.

• Por que o estudo está sendo feito?

Entende-se que o processo de adoção vai além de fazer valer a Lei, pois precisamos levar em consideração que a preparação de crianças/adolescentes para adoção é uma dentre as diversas demandas dos técnicos de acolhimento institucional. Demanda esta, bastante complexa, haja vista que, antes da adoção, as crianças/adolescentes, passaram por uma entrega, abandono ou negligência. Assim, estudos como estes são importantes, na medida em que buscam compreender as nuances e aspectos que perpassam a preparação de crianças e adolescentes para a adoção.

• Para que o estudo está sendo feito?

Com este estudo, nós buscamos compreender o processo de preparação para adoção de crianças/adolescentes na perspectiva de profissionais da equipe técnica de acolhimento institucional. Além disso, nós queremos conhecer os instrumentos e estratégias utilizados por vocês preparação de crianças/adolescentes para a adoção; avaliar os desafios e potencialidades encontrados no processo de preparação para adoção e refletir sobre os impactos e repercussões na subjetividade das crianças/adolescentes em processo de adoção. Ao aceitar participar desse estudo você estará contribuindo para que saibamos mais sobre a temática, possibilitando novas discussões e reflexões sobre o processo de preparação para adoção.

- **O que acontecerá com você durante a participação nesse estudo?**

Neste momento, viemos convidar você para participar da nossa pesquisa e deixar claro sobre o que acontecerá se você aceitar participar, além de esclarecer possíveis dúvidas. Caso você aceite participar, você responderá um formulário de dados sociodemográficos e, em seguida, responderá algumas perguntas sobre sua trajetória profissional e sua atuação na preparação de crianças/adolescente para adoção. Esta entrevista permitirá que você fale de sua vivência e também que nós façamos algumas perguntas de aprofundamento e esclarecimento, a fim de alcançar o objetivo do estudo. A sua participação é voluntária, ou seja, você não precisa participar da pesquisa se não quiser, e poderá retirar seu consentimento a qualquer momento, sem nenhuma penalização.

Durante nossa entrevista pretendemos realizar a gravação de nossa conversa em áudio, com a finalidade de garantir que nada do que você disser passará despercebido ou será esquecido. Para tanto, também precisamos de sua autorização por escrito, mostrando que está de acordo que nossa conversa seja gravada. Ao dar seu consentimento, você também estará concordando com o fato de que a gravação realizada em áudio seja transcrita e que o material produzido possa ser utilizado exclusivamente para fins de pesquisa, preservando os valores éticos quanto aos dados fornecidos, de acordo com as diretrizes que regem a realização de pesquisas com seres humanos.

Pela participação no estudo, você não receberá qualquer valor em dinheiro, mas terá a garantia de que as despesas necessárias para a realização do mesmo não serão de sua responsabilidade. Os resultados da pesquisa vão ser publicados, mas sem identificar os participantes. As entrevistas serão realizadas conforme comum acordo entre o participante e pesquisadoras.

Você receberá uma via deste termo devidamente assinado. Esta é uma atividade de pesquisa, não um atendimento psicológico. Mas, se for necessário e do seu interesse, estamos à disposição para maiores esclarecimentos. Você poderá ter todas as informações que quiser, inclusive, poderá ter a devolutiva dos dados na medida de seu interesse. Estamos à disposição para maiores esclarecimentos, antes e durante a pesquisa a qual for avaliada por um comitê de ética.

- **Quais os riscos ou desconfortos de participar do estudo?**

Avaliamos que há um risco mínimo ao participar desta pesquisa. Pode ser que você se canse ao responder as questões ou fique sensibilizado pelo conteúdo presente nelas. Caso ao responder as perguntas você sinta algum desconforto e/ou constrangimento, nós estaremos

dispostos a esclarecer e orientar quanto a estes aspectos e nossos contatos estarão disponíveis para realizar orientações e encaminhamentos que você precisar. Você também poderá optar por não responder a questões que te gerem certo incômodo, além de poder interromper sua participação imediatamente, momentânea ou definitivamente caso isso ocorra.

• **Quais os benefícios de participar do estudo?**

Ao participar deste estudo, você terá a oportunidade de refletir sobre sua prática profissional nos processos de preparação de crianças/adolescentes para a adoção. Além disto, espera-se que, os resultados desta pesquisa contribuam para atuação de outros psicólogos e assistentes sociais de acolhimento institucional, tanto no sentido de reflexão em relação aos desafios, potencialidades e as práticas já utilizadas na preparação de crianças e adolescentes para a adoção, quanto no desenvolvimento de novas estratégias e recursos para atuação.

• **Quais são os meus direitos ao participar?**

Existe uma cartilha desenvolvida pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) que orienta a respeito dos direitos dos participantes de pesquisa. Nós listamos abaixo todos os seus direitos conforme essa cartilha e nos comprometemos a respeitar todos eles:

- 1) Receber as informações do estudo de forma clara;
- 2) Poder esclarecer qualquer dúvida que tiver, em qualquer momento da pesquisa.
- 3) Levar o tempo que quiser para decidir se quero participar ou não da pesquisa;
- 4) Não responder perguntas que me incomodem;
- 5) Recusar participar do estudo, sem que isso traga qualquer tipo de problema para mim;
- 6) Desistir de participar do estudo a qualquer momento, mesmo após ter aceitado participar da pesquisa;
- 7) Ter assistência a tudo o que for necessário, de forma gratuita e pelo tempo que for preciso, caso aconteça algum dano por minha participação no estudo.
- 8) Ter direito a reclamar indenização, isto é, solicitar a reparação de um possível dano relacionado a minha participação nesta pesquisa;
- 9) Ser ressarcido (compensado) por gastos de transporte e alimentação que tiver por causa da participação na pesquisa;
- 10) Conhecer os resultados da pesquisa;
- 11) Ter respeitado o meu anonimato e a confidencialidade das informações que eu fornecer, ou seja, a minha identidade (nome, sobrenome ou qualquer outro dado de identificação) jamais

será revelada, inclusive se os resultados do estudo forem apresentados em congressos ou publicações científicas.

12) Ter respeitada a minha privacidade;

13) Receber uma via deste documento, assinada e rubricada em todas as páginas.

• **Com quem devo falar em caso de dúvidas sobre o estudo?**

Fale diretamente com as pesquisadoras em qualquer momento durante o curso da pesquisa.

Você pode entrar em contato conosco por *e-mail* ou telefone: abilioisabela@gmail.com (16) 99326-0553, ou patdiasnina@yahoo.com.br, (16) 98816-8575, ou mayara.colleti@baraodemaua.br (16) 98196-1733

Com quem falar se tiver dúvidas sobre meus direitos ou quiser fazer uma reclamação sobre a pesquisa?

Você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética e Pesquisa (CEP), um órgão que tem a função de zelar pela proteção e direitos de participantes de pesquisa. Essas são as formas de entrar em contato com o CEP: Rua: Ramos de Azevedo, nº 423, sala 38, Jd. Paulista - Ribeirão Preto/SP, telefone: (16) 3603-6624, *e-mail*: cepbm@baraodemaua.br. O horário de atendimento do CEP é de segunda-feira e sexta-feira: 14h às 17h; e de terça a quinta-feira: 7h30 às 13h.

Ribeirão Preto, _____ de _____ de 2023.

Isabela Cristina Abilio Bonisenha

Pesquisadora

Patrícia Helena Pereira Dias

Pesquisadora

Mayara Colleti

Pesquisadora Responsável

Docente do Curso de Psicologia do Centro Universitário Barão de Mauá

AUTORIZAÇÃO
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____
RG _____ li e/ou ouvi o esclarecimento acima e compreendi para que serve o estudo e quais procedimentos a que serei submetido. A explicação que recebi esclarece os riscos e benefícios do estudo. Entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento, sem justificar minha decisão e que isso não me afetará de forma alguma. Sei que meu nome não será divulgado, que não terei despesas e não receberei dinheiro por participar do estudo. Assim, eu concordo expressamente em participar do estudo, autorizo e estou ciente ainda de que as entrevistas serão realizadas em local previamente acordado com as pesquisadoras.

Ribeirão Preto, _____ de _____ de 2023.

Assinatura:

APÊNCIDE D – TCLE

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (coleta online)

Nome da Pesquisa: Adoção: a perspectiva de profissionais de acolhimento institucional

Pesquisadoras Isabela Cristina Abilio, Patrícia Helena Pereira Dias, Profa. Ma. Mayara Colleti

Telefone para contato: (16) 98196-1733

ESCLARECIMENTO AO PARTICIPANTE DA PESQUISA

• Que tipo de documento é esse?

Você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa que está sendo desenvolvida como trabalho de conclusão do curso de Psicologia do Centro Universitário Barão de Mauá. Este documento é o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) elaborado como um requisito ético para esclarecer a nossa pesquisa a você de forma detalhada. Após ler as próximas informações, você poderá escolher participar voluntariamente ou não da nossa pesquisa.

• Por que o estudo está sendo feito?

Entende-se que o processo de adoção vai além de fazer valer a Lei, pois precisamos levar em consideração que a preparação de crianças/adolescentes para adoção é uma dentre as diversas demandas dos técnicos de acolhimento institucional. Demanda esta, bastante complexa, haja vista que, antes da adoção, as crianças/adolescentes, passaram por uma entrega, abandono ou negligência. Assim, estudos como estes são importantes, na medida em que buscam compreender as nuances e aspectos que perpassam a preparação de crianças e adolescentes para a adoção.

• Para que o estudo está sendo feito?

Com este estudo, nós buscamos compreender o processo de preparação para adoção de crianças/adolescentes na perspectiva de profissionais da equipe técnica de acolhimento institucional. Além disso, nós queremos conhecer os instrumentos e estratégias utilizados por vocês preparação de crianças/adolescentes para a adoção; avaliar os desafios e potencialidades encontrados no processo de preparação para adoção e refletir sobre os impactos e repercussões na subjetividade das crianças/adolescentes em processo de adoção. Ao aceitar participar desse estudo você estará contribuindo para que saibamos mais sobre a temática, possibilitando novas discussões e reflexões sobre o processo de preparação para adoção.

• O que acontecerá com você durante a participação nesse estudo?

Nosso contato com você está sendo através das mídias sociais da *Internet*. Neste momento, viemos convidar você para participar da nossa pesquisa e deixar claro sobre o que acontecerá se você aceitar participar, além de esclarecer possíveis dúvidas. Caso você aceite participar, você acessará um formulário de dados sociodemográficos online, em que você responderá a questões gerais sobre você. Em seguida, responderá algumas perguntas sobre sua trajetória profissional e sua atuação na preparação de crianças/adolescente para adoção. Para participar, você precisará ter acesso à *Internet* para acessar ao link disponibilizado pelas pesquisadoras via mídias sociais no horário e local mais confortável e adequado para que você responda a pesquisa.

• **Quais os riscos ou desconfortos de participar do estudo?**

Avaliamos que há um risco mínimo ao participar desta pesquisa. Pode ser que você se canse ao responder as questões ou fique sensibilizado pelo conteúdo presente nelas. Caso ao responder as perguntas você sinta algum desconforto e/ou constrangimento, nós estaremos dispostos a esclarecer e orientar quanto a estes aspectos e nossos contatos estarão disponíveis para realizar orientações e encaminhamentos que você precisar. Você também poderá optar por não responder a questões que te gerem certo incômodo, além de poder interromper sua participação imediatamente, momentânea ou definitivamente caso isso ocorra. Em relação a sua participação nesta pesquisa em ambiente virtual, será garantida a preservação dos seus dados, uma vez que não será solicitada nenhuma informação que possa te identificar, como nome, *e-mail*, telefone, entre outros. Ademais, ao término da coleta de dados, serão removidas as informações da nuvem, assegurando o acesso particular das pesquisadoras, a fim de manter o sigilo dos dados obtidos.

• **Quais os benefícios de participar do estudo?**

Ao participar deste estudo, você terá a oportunidade de refletir sobre sua prática profissional nos processos de preparação de crianças/adolescentes para a adoção. Além disto, espera-se que, os resultados desta pesquisa contribuam para atuação de outros psicólogos e assistentes sociais de acolhimento institucional, tanto no sentido de reflexão em relação aos desafios, potencialidades e as práticas já utilizadas na preparação de crianças e adolescentes para a adoção, quanto no desenvolvimento de novas estratégias e recursos para atuação.

• **Quais são os meus direitos ao participar?**

Existe uma cartilha desenvolvida pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) que orienta a respeito dos direitos dos participantes de pesquisa. Nós listamos abaixo todos os seus direitos conforme essa cartilha e nos comprometemos a respeitar todos eles:

- 1) Receber as informações do estudo de forma clara;
- 2) Poder esclarecer qualquer dúvida que tiver, em qualquer momento da pesquisa.
- 3) Levar o tempo que quiser para decidir se quero participar ou não da pesquisa;
- 4) Não responder perguntas que me incomodem;
- 5) Recusar participar do estudo, sem que isso traga qualquer tipo de problema para mim;
- 6) Desistir de participar do estudo a qualquer momento, mesmo após ter aceitado participar da pesquisa;
- 7) Ter assistência a tudo o que for necessário, de forma gratuita e pelo tempo que for preciso, caso aconteça algum dano por minha participação no estudo.
- 8) Ter direito a reclamar indenização, isto é, solicitar a reparação de um possível dano relacionado a minha participação nesta pesquisa;
- 9) Ser ressarcido (compensado) por gastos de transporte e alimentação que tiver por causa da participação na pesquisa;
- 10) Conhecer os resultados da pesquisa;
- 11) Ter respeitado o meu anonimato e a confidencialidade das informações que eu fornecer, ou seja, a minha identidade (nome, sobrenome ou qualquer outro dado de identificação) jamais será revelada, inclusive se os resultados do estudo forem apresentados em congressos ou publicações científicas.
- 12) Ter respeitada a minha privacidade;
- 13) Receber uma via deste documento, assinada e rubricada em todas as páginas.

• **Com quem devo falar em caso de dúvidas sobre o estudo?**

Fale diretamente com as pesquisadoras em qualquer momento durante o curso da pesquisa. Você pode entrar em contato conosco por *e-mail* ou telefone: abilioisabela@gmail.com (16) 99326-0553, ou patdiasnina@yahoo.com.br (16) 98816-8575, ou mayara.colleti@baraodemaua.br (16) 98196-1733

Com quem falar se tiver dúvidas sobre meus direitos ou quiser fazer uma reclamação sobre a pesquisa?

Você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética e Pesquisa (CEP), um órgão que tem a função de zelar pela proteção e direitos de participantes de pesquisa. Essas são as formas

de entrar em contato com o CEP: Rua: Ramos de Azevedo, nº 423, sala 38, Jd. Paulista - Ribeirão Preto/SP, telefone: (16) 3603-6624, *e-mail*: cepbm@baraodemaua.br. O horário de atendimento do CEP é de segunda-feira e sexta-feira: 14h às 17h; e de terça a quinta-feira: 7h30 às 13h.

Após ter lido este TCLE, declaro que entendi os objetivos da pesquisa, a forma que participarei, os riscos e benefícios da minha participação, além de estar ciente sobre todos os meus direitos. Estou ciente de que fui convidado(a) a participar porque este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos do Centro Universitário Barão de Mauá e atende aos requisitos da Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. Concordo em participar voluntariamente com o estudo, manifestando minha concordância selecionando a palavra ACEITO, a seguir. Além disso, devo fazer o *download* de uma via deste termo de consentimento assinada e rubricada.

ACEITO

Assinatura das pesquisadoras:

Isabela Cristina Abilio Bonisenha
Pesquisadora

Patrícia Helena Pereira Dias
Pesquisadora

Mayara Colleti
Pesquisadora Responsável
Docente do Curso de Psicologia do Centro Universitário Barão de Mauá

ANEXO A- Aprovação da Pesquisa junto ao Comitê de Ética

CENTRO UNIVERSITÁRIO
BARÃO DE MAUÁ



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: PREPARAÇÃO PARA A ADOÇÃO: A PERSPECTIVA DE PROFISSIONAIS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

Pesquisador: Mayara Colleti

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 69647423.5.0000.5378

Instituição Proponente: ORGANIZACAO EDUCACIONAL BARAO DE MAUA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.105.076

Apresentação do Projeto:

Historicamente, a adoção era vista como uma forma de manter a estrutura familiar e não havia preocupação com os direitos e necessidades emocionais e psicológicas das crianças/adolescentes. No entanto, ao longo do tempo, o processo de adoção sofreu mudanças legais e informais. Mesmo assim, mudar comportamentos históricos não é suficiente e requer sensibilidade às questões subjetivas e ao bem-estar das crianças/adolescentes. Considerando isso, o presente trabalho tem como objetivo compreender o processo de preparação para adoção de crianças/adolescentes na perspectiva de profissionais da equipe técnica de acolhimento institucional. A pesquisa será qualitativa, descritiva,

exploratória e transversal, utilizando-se da técnica de análise temática de conteúdo para organização dos dados. Serão convidados(as) a participar da pesquisa psicólogos(os) e assistentes sociais que tenham experiência com o processo de adoção em acolhimento institucional. A coleta dos dados será realizada por meio da aplicação de um formulário de dados sociodemográficos e roteiro de entrevista semiestruturada, seguindo

protocolos éticos. O estudo é importante para refletir e compreender as emoções, situações e sentimentos que devem ser levados em conta para o processo de adoção de crianças e adolescentes em acolhimento institucional, bem como os instrumentais, estratégias e manejo no preparo desse processo.

Endereço: RAMOS DE AZEVEDO

Bairro: JARDIM PAULISTA

CEP: 14.090-180

UF: SP

Município: RIBEIRAO PRETO

Telefone: (16)3603-6600

Fax: (16)3618-6102

E-mail: cepbm@baraodemaua.br

CENTRO UNIVERSITÁRIO
BARÃO DE MAUÁ



Continuação do Parecer: 6.105.076

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Compreender o processo de preparação para adoção de crianças/adolescentes na perspectiva de profissionais da equipe técnica de acolhimento institucional.

Objetivo Secundário:

Verificar os recursos, instrumentos e estratégias utilizados pelos profissionais na preparação de crianças/adolescentes para a adoção. Avaliar os desafios e potencialidades encontrados pelos profissionais no processo de preparação para adoção. Compreender e refletir sobre as perspectivas dos profissionais acerca dos impactos e repercussões na subjetividade das crianças/adolescentes em processo de adoção.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Avaliamos que há um risco mínimo ao participar desta pesquisa. Ao responder as perguntas pode ser que o participante se canse ou que fique sensibilizado pelo conteúdo presente nelas. Caso ao responder as perguntas o participante sinta algum desconforto e/ou constrangimento, os pesquisadores estarão dispostos a esclarecer e orientar quanto a estes aspectos e os contatos dos pesquisadores estarão disponíveis para realizar orientações e encaminhamentos que o participante precisar.

Benefícios:

Os participantes terão a oportunidade de refletir sobre sua prática profissional nos processos de preparação de crianças/adolescentes para a adoção. Além disto, espera-se que, os resultados desta pesquisa contribua para atuação de outros psicólogos e assistentes sociais de acolhimento institucional, tanto no sentido de reflexão em relação aos desafios, potencialidades e as práticas já utilizadas na preparação de crianças e adolescentes para a adoção, quanto no desenvolvimento de novas estratégias e recursos para atuação.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Não há considerações sobre a pesquisa.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Não há considerações a serem feitas.

Recomendações:

Sem recomendações.

Endereço: RAMOS DE AZEVEDO
Bairro: JARDIM PAULISTA **CEP:** 14.090-180
UF: SP **Município:** RIBEIRAO PRETO
Telefone: (16)3603-6600 **Fax:** (16)3618-6102 **E-mail:** cepbm@baraodemaua.br

**CENTRO UNIVERSITÁRIO
BARÃO DE MAUÁ**



Continuação do Parecer: 6.105.076

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

-Diante do exposto, o Comitê de Ética em Pesquisa, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS nº 466 de 2012 e na Norma Operacional nº 001 de 2013 do CNS, manifesta-se pela aprovação deste projeto de pesquisa.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2138662.pdf	15/05/2023 17:35:01		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETOPREPARAÇAOPARAAADOC AO.docx	15/05/2023 17:34:41	Mayara Colleti	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMODECONSENTIMENTOCOLETA ONLINE.pdf	15/05/2023 17:32:53	Mayara Colleti	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMODECONSENTIMENTOCOLETA PRESENCIAL.pdf	15/05/2023 17:32:31	Mayara Colleti	Aceito
Solicitação Assinada pelo Pesquisador Responsável	termodecompromissopesquisador.pdf	15/05/2023 12:19:25	Mayara Colleti	Aceito
Folha de Rosto	Folhaderostoassinada.pdf	15/05/2023 11:53:52	Mayara Colleti	Aceito
Orçamento	ORCAMENTOFINANCEIRO.pdf	15/05/2023 11:48:59	Mayara Colleti	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	15/05/2023 11:45:04	Mayara Colleti	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: RAMOS DE AZEVEDO
Bairro: JARDIM PAULISTA **CEP:** 14.090-180
UF: SP **Município:** RIBEIRAO PRETO
Telefone: (16)3603-6600 **Fax:** (16)3618-6102 **E-mail:** cepbm@baraodemaua.br

CENTRO UNIVERSITÁRIO
BARÃO DE MAUÁ



Continuação do Parecer: 6.105.076

RIBEIRAO PRETO, 06 de Junho de 2023

Assinado por:
Cristina Endo
(Coordenador(a))

Endereço: RAMOS DE AZEVEDO
Bairro: JARDIM PAULISTA **CEP:** 14.090-180
UF: SP **Município:** RIBEIRAO PRETO
Telefone: (16)3603-6600 **Fax:** (16)3618-6102 **E-mail:** cepbm@baraodemaua.br